

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ADRIANA PAVAN

**POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO: O ENADE NO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DO NOROESTE DO RIO
GRANDE DO SUL**

Frederico Westphalen
2018

ADRIANA PAVAN

**POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO: O ENADE NO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DO NOROESTE DO RIO
GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Câmpus de Frederico Westphalen, sob a orientação da Profa. Dra. Jordana Wruck Timm, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Frederico Westphalen
2018

IDENTIFICAÇÃO

1.1 Instituição de Ensino/Unidade:

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Câmpus de Frederico Westphalen.

Rua Assis Brasil, 709 – Bairro Itapagé – 98400-000 – Frederico Westphalen – RS.

1.2 Direção do Campus:

Diretora Geral: Profa. Dra. Sílvia Regina Canan

Diretora Acadêmica: Profa. Dra. Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo: Prof. Clovis Quadros Hempel

1.3 Departamento/Curso:

Departamento de Ciências Humanas - Curso de Pós-Graduação em Educação –

Mestrado em Educação - coordenadora Profa. Dra. Luci Mary Duso Pacheco.

1.4 Disciplina:

Dissertação de Mestrado

1.5 Orientadora:

Profa. Dra. Jordana Wruck Timm

1.6 Orientanda:

Adriana Pavan

1.7 Título da Dissertação:

Política pública de avaliação: o ENADE no curso de Ciências Contábeis em uma universidade comunitária do noroeste do Rio Grande do Sul.

ADRIANA PAVAN

**POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO: O ENADE NO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DO NOROESTE DO RIO
GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Câmpus de Frederico Westphalen, sob a orientação da Profa. Dra. Jordana Wruck Timm, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Jordana Wruck Timm – Orientadora
Instituição: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI –
Câmpus de Frederico Westphalen

Profa. Dra. Luci Mary Duso Pacheco
Instituição: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI –
Câmpus de Frederico Westphalen

Prof. Dr. Claus Dieter Stobäus
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Frederico Westphalen
2018

Dedico essa dissertação a toda minha família em especial meu marido e aos meus professores do mestrado que me incentivaram na concretização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Tanto pra agradecer!

Agradeço primeiramente a Deus, por dar-me saúde, força e determinação para enfrentar a trajetória deste trabalho e nos momentos de angústia.

À minha orientadora, professora Doutora Jordana Wruck Timm, grande incentivadora e conselheira, minha referência como pessoa e profissional.

A todos os professores do PPGEDU, meu muito obrigado por compartilhar seus saberes e por me incentivarem.

À Professora Doutora Luci Mary Duso Pacheco (URI/FW), por ser membro desta banca de Qualificação.

Ao Professor Doutor Claus Dieter Stobäus por aceitar tão prontamente nosso convite em ser o arguidor externo desta Banca de Qualificação.

E a minha família por me incentivar na concretização desse trabalho.

“O que somos hoje vem de nossos pensamentos de ontem, e nossos pensamentos presentes erguem a nossa vida de amanhã; nossa vida é criação de nossa mente”.

Buda

RESUMO

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que está formado por três componentes: avaliações das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes e abrange os aspectos de ensino, pesquisa, extensão, a responsabilidade social, o desenvolvimento dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações físicas. O ENADE avalia a qualidade dos cursos de formação superior quanto aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, portanto a realização é trienal para cada área de conhecimento. A prova do ENADE é composta por questões de formação geral e componentes específicos do curso que está sendo aplicado sendo de caráter objetiva e discursiva. Nas questões de componentes específicos os estudantes precisam se deter com mais empenho e concentração para a realização, pois são essas questões que representam a maior porcentagem na validação da nota da prova. A presente pesquisa tem como tema, as áreas de conhecimento avaliadas no Exame nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015, no curso de graduação em Ciências Contábeis em uma universidade comunitária no noroeste do Rio Grande do Sul, quanto aos componentes curriculares e suas possíveis relações com o Projeto Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais. Objetiva-se analisar os resultados da realização das provas do ENADE realizadas no curso de Ciências Contábeis nos anos já citados identificando as áreas de conhecimento quanto aos componentes curriculares, relatar que relações podem ser estabelecidas com o Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis em uma universidade comunitária no noroeste do Rio Grande do Sul e com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com elementos qualitativos e quantitativos constantes nos relatórios dos resultados das aplicações do referido Exame, que foram utilizados para análises. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo. Após as análises realizadas nas referidas provas do ENADE, no Projeto Político Pedagógico e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, foi possível fazer um levantamento das disciplinas e as relações estabelecidas entre as normativas e o que é previsto pelo curso na referida instituição. Nesse sentido, foi possível concluir que as disciplinas das provas deste Exame estão todas contempladas no Projeto Político Pedagógico do curso ora analisado, e 64,2% destas disciplinas estão contempladas nas Diretrizes Curriculares Nacionais com a mesma nomenclatura. Desta forma, constatou-se que em nenhuma das provas analisadas teve alguma disciplina que não estivesse prevista no Projeto ou nas Diretrizes, possuindo, assim, relação entre o que foi ofertado e o que foi cobrado aos/dos alunos. Destaca-se ainda que o curso oferece disciplinas além das exigidas, demonstrando preocupação com a formação de seus egressos, bem como, a preparação dos mesmos para o mercado de trabalho. Embora atingidos os objetivos propostos, sugere-se para estudos futuros a aplicação desta pesquisa em outras instituições, comparando os projetos nesse mesmo curso, mas verificando a contextualização espacial distinta, bem como a realização de entrevista com os egressos, vislumbrando o perfil profissional contabilista.

Palavras-Chave: ENADE; Políticas de Avaliação em Larga Escala; Currículo; Planejamento; Ranqueamento; Regulação.

ABSTRACT

The National Student Performance Examination (ENADE) was created by Law No. 10,861, of April 14, 2004, which consists of three components: evaluations of institutions, courses and student performance and covers aspects of teaching, research, extension, social responsibility, student development, management of the institution, faculty and physical facilities. ENADE evaluates the quality of the higher education courses regarding the programmatic contents provided for in the curricular guidelines, so the realization is triennial for each area of knowledge. The ENADE test is composed of general training issues and specific components of the course being applied being of an objective and discursive nature. In questions of specific components students need to stop with more commitment and concentration for achievement, because these are the questions that represent the highest percentage in the validation of the test grade. The present research has as its subject the areas of knowledge evaluated in the Exam in the years 2006, 2009, 2012 and 2015, in the undergraduate course in Accounting Sciences at a community university in the northwest of Rio Grande do Sul, regarding the curricular components and their possible relations with the Pedagogical Project and the National Curricular Guidelines. The objective of this study is to analyze the results of the ENADE tests carried out in the Accounting Sciences course in the years already mentioned, identifying the areas of knowledge regarding the curricular components, to report that relations can be established with the Political Project Pedagogical Course of Accounting Sciences in a community university in the northwest of Rio Grande do Sul and with the National Curricular Guidelines. This is a bibliographic research with qualitative and quantitative elements in the reports of the results of the applications of the said Exam, which were used for analysis. Data analysis was performed through content analysis. After the analyzes carried out in the said ENADE tests, in the Political Pedagogical Project and in the National Curricular Guidelines, it was possible to make a survey of the disciplines and the relations established between the regulations and what is foreseen by the course in said institution. In this sense, it was possible to conclude that the disciplines of the tests of this Exam are all contemplated in the Political Project Pedagogical of the course analyzed here, and 64.2% of these disciplines are contemplated in the National Curricular Guidelines with the same nomenclature. In this way, it was verified that none of the tests analyzed had any discipline that was not foreseen in the Project or the Guidelines, thus having a relation between what was offered and what was charged to the students. It is also worth noting that the course offers subjects beyond those required, showing concern for the training of their graduates, as well as their preparation for the job market. Although the proposed objectives are achieved, it is suggested for future studies the application of this research in other institutions, comparing the projects in this same course, but verifying the distinct spatial contextualization, as well as conducting an interview with the graduates, glimpsing the professional accountant profile.

Keywords: ENADE; Large Scale Evaluation Policies; Curriculum; Planning; Ratching; Regulation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01	– Frederico Westphalen localizado no mapa do Rio Grande do Sul.	18
Quadro 01	– Estado do conhecimento – total de Dissertações e Teses referentes a temática.....	21
Quadro 02	– Evolução do Exame Nacional de Desempenhos dos Estudantes..	51
Quadro 03	– Estrutura das disciplinas referentes as Diretrizes Curriculares Nacionais quanto a formação.....	66
Quadro 04	– Disciplinas referentes ao Projeto Político Pedagógico 2017 do curso de Ciências Contábeis.....	68
Quadro 05	– Disciplinas que se relacionam no ENADE, no Projeto Político Pedagógico e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	–	Panorama geral do Estado do Conhecimento.....	23
Gráfico 02	–	Formato dos trabalhos analisados.....	24
Gráfico 03	–	Classificação das publicações por região.....	25
Gráfico 04	–	Quantidade de questões das provas do ENADE por disciplina..	64

LISTA DE SIGLAS

ACG	–	Avaliação de Cursos de Graduação
ADES	–	Avaliação Discente da Educação Superior
AVALIES	–	Avaliação da Educação Superior
BDTD	–	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	–	Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	–	Comissão Especial de Avaliação
CEP	–	Comitê de Ética em Pesquisa
CFC	–	Conselho Federal de Contabilidade
CNE/CES	–	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior
CPA	–	Comissão Própria da Avaliação
CPC	–	Conceito Preliminar do Curso
CRC	–	Conselho Regional de contabilidade
DCN	–	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENADE	–	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	–	Exame Nacional de Cursos
EVA	–	<i>Economic Value Added.</i>
FIES	–	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	–	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	–	Instituições de Ensino Superior
IGC	–	Índice Geral de Cursos
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	–	Ministério da Educação
NDE	–	Núcleo Docente Estruturante
PPP	–	Projeto Político Pedagógico
PROUNI	–	Programa Universidade para Todos
SCIELO	–	Scientific Electronic Library Online
SINAES	–	Sistema Nacional de Educação Superior

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	TEMA DE PESQUISA.....	16
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.3	OBJETIVOS.....	17
1.3.1	Objetivo geral.....	17
1.3.2	Objetivos específicos.....	17
1.4	JUSTIFICATIVA, DELIMITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	18
1.4.1	Os caminhos já trilhados: o estado do conhecimento.....	20
1.4.2	A estrutura da dissertação.....	28
2	CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A GÊNESE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	30
2.1	PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	37
3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	40
3.1	AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA.....	43
3.2	O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO.....	45
3.3	O ENADE NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA NO NOROESTE DO ESTADO.....	49
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
4.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	61
4.2	PROCEDIMENTOS.....	61
4.2.1	Coleta dos dados.....	62
4.2.2	Análise dos dados.....	63
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	64
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
	REFERÊNCIAS.....	80

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho possui um tema atual que discorre sobre assuntos que têm por objetivo aprofundar os conhecimentos acerca dos cursos superiores, relacionado com as Políticas Públicas de Educação. Por conseguinte, a educação nos cursos de graduação necessita de um bom acompanhamento em relação ao seu desempenho.

A reforma universitária de 1968, dando consequência à ideologia do capital humano, ainda que restringindo drasticamente as liberdades políticas, segundo a ideologia da segurança nacional, procurou dotar as universidades públicas de melhor infraestrutura de pesquisa e ampliar a base de pesquisadores com o propósito de modernizar o país por meio do desenvolvimento tecnológico. A educação superior, sobretudo no que ela poderia significar em termos de pesquisa atrelada à modernização, estava no centro da estratégia nacional de desenvolvimento de um modelo econômico forte, porém dependente dos centros hegemônicos do capitalismo. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 68).

A avaliação das universidades e dos cursos é vista pela sociedade como uma forma de *ranking* entre as instituições, no qual a que apresentar melhores resultados ou nível numa escala de 0 a 5 (zero a cinco) ofereceria a melhor educação. Nesse sentido, segundo Dias Sobrinho (2003, p. 48-49), podemos dizer “que a avaliação não é neutra, nem é simplesmente uma descrição. Ela emite julgamentos e determina o valor, não de forma aleatória, mas de acordo com critérios apropriados”.

Desta forma, foram feitas mudanças no modelo de administração pública com o intuito de aumentar a transparência nas escolas, o que ocorreu através de um processo de avaliação e prestação de contas mais rigoroso, sendo assim, o Estado passou a ser um avaliador e fiscalizador nos resultados dos testes das escolas do país, o qual passou a ser uma espécie de competição. Assim, de acordo com Dias Sobrinho (2003, p. 50), “do ponto de vista de quem faz avaliação a partir das instituições educacionais com propósitos educativos, há nos processos avaliativos uma dimensão formativa, ainda que esta frequentemente permaneça implícita”.

A avaliação da educação gera inúmeras despesas para o setor público tanto em nível local quanto ao nível nacional, sendo assim o estado passou a inserir novos mecanismos de avaliação, começando com a implantação dos testes padronizados. Conforme Afonso (2000, p. 50) “a adaptação destas políticas

neoliberais, a própria teoria da avaliação, que já vinha evoluindo com base em epistemologias antipositivistas e pluralistas, sofre agora um novo viés positivista”.

Após a implantação dos primeiros testes padronizados, percebeu-se a necessidade de um sistema de avaliação, surgindo assim o sistema *accountability* que é utilizado para mensurar e codificar os resultados, para obter informações acerca do atingimento ou não dos objetivos e para fornecer informações para o país sobre o andamento do ensino e do impacto das políticas educacionais.

Na modalidade da *accountability*, atualmente muito praticada, que pode ser entendida como a responsabilidade de demonstrar eficiência e produtividade. Por exercer funções reguladoras e classificatórias, é hoje em dia amplamente utilizada por governos e agências contratadas por eles. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 21).

O sistema *accountability* é utilizado para mensurar e codificar os dados que a avaliação requer, sendo, após, analisados para saber se atingiram ou não os resultados e quais consequências quanto ao não atingimento destes em busca de melhoria da qualidade educativa. Esta modalidade é responsável por demonstrar se o ensino está sendo eficiente e se está sendo produtivo/gerando resultados.

A avaliação no Brasil é utilizada para analisar os conhecimentos dos alunos que concluem o ensino médio e também para ingresso em cursos de nível superior, substituindo o vestibular. Por este viés, “[...] a avaliação ultrapassa amplamente os âmbitos mais restritos do objeto a avaliar e lança seus efeitos sobre o sistema de educação superior e suas funções relativamente à construção da sociedade” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 95).

Sendo assim, o parâmetro avaliativo pode ser considerado um propulsor de competição entre os cursos e as universidades. Por ser uma política mais ampla de avaliação em larga escala, proporciona impactos na gestão dos cursos visando à busca por resultados positivos e voltando-se as atividades que preparam o aluno para a tal prova.

Em outras palavras, a avaliação está no centro das reformas, no foco das competições que se travam no campo da educação e se referem a disputas mais amplas pela construção de tipos distintos de sociedade. Mesmos os números e estatísticas de uma avaliação, que fornecem os dados básicos das hierarquizações (rankings), muitas vezes tidos e havidos como neutros,

também eles se inserem nesse amplo horizonte social e político de grande conflitividade. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 95-96).

Nesse ínterim, ocorre uma constante preocupação sobre a qualidade na educação e se passa a falar em novo gerencialismo, que seria um meio-fim que favorece a eficiência, e também a produtividade, contribuindo para as relações transacionais de intercâmbio e contratação, voltado às pessoas e dirigido para a qualidade e a excelência. Seu objetivo são as formas de conhecimento, quanto aos padrões internos e externos referentes à competitividade e está atrelado ao poder no setor público.

A nova forma de ensino instituído pelo gerencialismo fez com que se passasse para o pragmatismo e autointeresse e não mais pela ética e pelo julgamento profissional. O ensino se tornou competitivo, sempre na busca de melhores resultados diante das avaliações, de forma que a prática passou a seguir regras visando atingir as metas impostas. Porém, a condução das políticas educacionais levou tanto a profundas desigualdades sociais, quanto à homogeneização, à competição e à seletividade, resultando no distanciamento da melhoria da qualidade nas avaliações educacionais.

O Brasil está sempre em constante busca por iniciativas de melhoria nas políticas públicas de avaliação, tanto nacional quanto internacional. Ao comparar o desempenho educacional do Brasil com outros países, é possível perceber que o mesmo se espelha nas experiências mais avançadas para a reorientação das políticas nacionais, visando recuperar o caráter pedagógico que ficou para trás por motivo dos inúmeros testes padronizados.

Sendo assim, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e é formado por três componentes: avaliações das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Abrange os aspectos de ensino, da pesquisa, da extensão, a responsabilidade social, o desenvolvimento dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações físicas. A mesma é considerada uma ferramenta de controle da qualidade da Avaliação em Larga Escala.

O ENADE avalia a qualidade dos cursos de formação superior quanto aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais¹ (DCN), portanto a realização é trienal para cada área de conhecimento. Ainda sobre esse exame, observa-se que o mesmo desafia a instituição, o curso e os docentes que lecionam nesse contexto a inovarem em suas aulas, também aos alunos a se comprometerem com o estudo, à pesquisa e à investigação. A nota obtida por esse exame faz parte do Conceito Preliminar do Curso (CPC), o qual é utilizado pelo Ministério da Educação (MEC) para estabelecer a qualidade do curso superior.

A inscrição dos alunos para realizar a prova do ENADE é feita pelos dirigentes das Instituições de Educação Superior (IES) e a não realização da inscrição pelos dirigentes acarreta na suspensão do curso no ciclo avaliativo no referido processo. Diante disso, é preciso que os gestores expliquem para seus alunos sobre a importância desse Exame, visando um maior engajamento por parte dos discentes, não apenas atrelando a nota e aos *rankings*, mas visando uma proposta de melhor aprendizagem dos conteúdos e, também, de fortalecimento da instituição, auxiliando-a a melhorar suas deficiências em prol da qualidade da Educação Superior.

Por tudo isso, defende-se a importância da comunidade escolar estar inteirada das questões relacionadas ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, compreendendo-o como pertinente e atual, por ser um exame obrigatório para alunos concluintes dos cursos de educação superior, cujos resultados podem ser promissores para a instituição e para comunidade como um todo.

1.1 TEMA DE PESQUISA

As áreas de conhecimento avaliadas nas provas do ENADE nos anos 2006², 2009³, 2012⁴ e 2015⁵, no curso de graduação em Ciências Contábeis de uma

¹ Diretrizes que contemplam a Resolução CNE/CES nº 10 de 16/12/2004, podem ser acessadas em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf

² A prova do ENADE aplicada em 2006 pode ser acessada em: http://download.inep.gov.br/download/enade/2006/Provas/PROVA_DE_Ciencias_CONTABEIS.pdf.

universidade comunitária no noroeste do Rio Grande do Sul, quanto aos componentes curriculares e suas possíveis relações com o Projeto Político Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Que relações podem ser estabelecidas a partir dos componentes curriculares cobrados nas provas do ENADE nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015 com o Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária no noroeste do Rio Grande do Sul e com as Diretrizes Curriculares Nacionais?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar os resultados da aplicação das provas do ENADE realizadas no curso de Ciências Contábeis dos anos 2006, 2009, 2012 e 2015 identificando as áreas de conhecimento quanto aos componentes curriculares, para relatar que relações podem ser estabelecidas com o Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária no noroeste do Rio Grande do Sul e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

1.3.2 Objetivos específicos

Relatar um breve traçado histórico sobre a educação superior no Brasil e a gênese do curso de Ciências Contábeis nesse contexto.

Conceituar a avaliação em larga escala e as políticas públicas para a educação superior, bem como apresentar as concepções do ENADE como política pública de educação.

³ A prova do ENADE aplicada em 2009 pode ser acessada em: http://public.inep.gov.br/enade2009/CIENCIAS_CONTABEIS.pdf.

⁴ A prova do ENADE aplicada em 2012 pode ser acessada em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2012/02_CIENCIAS_CONTABEIS.pdf.

⁵ A prova do ENADE aplicada em 2015 pode ser acessada em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2015/03_ciencias_contabeis.pdf.

Analisar as propostas curriculares do Projeto Político Pedagógico de uma universidade comunitária à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Comparar teoricamente as áreas de conhecimento cobradas nas provas do ENADE nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015, do curso de Ciências Contábeis, com os conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Projeto Político Pedagógico, para verificar a existência ou não de semelhanças entre as mesmas.

1.4 JUSTIFICATIVA, DELIMITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Antes de nos determos especificamente na proposta desta pesquisa – a qual se dedica a trabalhar a Política Pública de avaliação, em especial o ENADE em um curso de Ciências Contábeis– é preciso que se considere o recorte espacial e temporal em que este trabalho foi desenvolvido, de modo que no mapa abaixo (município número 3, sinalizado em vermelho) localizamos a cidade de Frederico Westphalen, localizada no Noroeste do Rio Grande do Sul, distante 484 km da Capital Porto Alegre, com uma população de aproximadamente 30.251 habitantes e que tem sua economia baseada na agricultura.

Mapa 01 – Frederico Westphalen localizado no mapa do Rio Grande do Sul.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2009), editado pela autora.

A pesquisa foi desenvolvida em uma universidade comunitária, situada no noroeste do Rio Grande do Sul e os resultados foram analisados e (agora) serão defendidos em um programa de pós-graduação *Stricto Sensu* na área de Educação. As informações foram coletadas em um curso de Ciências Contábeis, tornando-se, desta forma, um trabalho interdisciplinar entre ambas as áreas.

Explicitado o contexto em que a pesquisa foi desenvolvida, convém destacar que o interesse nessa proposta foi o de analisar as áreas de conhecimento avaliadas nas provas do ENADE nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015 do curso de graduação em Ciências Contábeis quanto aos componentes curriculares, buscando identificar se apresentam (ou não) relações com o Projeto Político Pedagógico da referida universidade, bem como com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O recorte da pesquisa nas provas do ENADE dos anos 2006, 2009, 2012 e 2015 foi por ser nesses respectivos anos que se realizou a prova nos cursos de Ciências Contábeis nas universidades brasileiras. Quanto à escolha do curso analisado, deu-se pela formação da pesquisadora, que é graduada nesse curso e contadora pública municipal, tendo, dessa forma, grande interesse em aprofundar os estudos na área. A escolha da universidade para essa pesquisa deu-se por ser uma universidade comunitária, uma das primeiras a oferecer o curso de Ciências Contábeis na região e pelo número considerável de alunos formados, estando sempre preocupada com o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, a motivação para realizar esta pesquisa foi (e ainda é) fazer com que os professores das instituições públicas e privadas de Ensino Superior revejam a forma como estão trabalhando com seus alunos, que busquem aprimoramento na sua profissão. Para que a sociedade também possa aproveitar esse conteúdo para o aprimoramento dos seus conhecimentos, que os professores da Educação Superior utilizem esse material para dar continuidade nos seus trabalhos e estudos referentes à importância da melhoria da qualidade educacional, enquanto construtores de um futuro melhor e que os alunos utilizem como embasamento para a construção de seus trabalhos acadêmicos e nas pesquisas referentes à avaliação em larga escala.

1.4.1 Os caminhos já trilhados: o estado do conhecimento

Realizada a justificativa do que levou a realização deste estudo, passou-se a investigar quantas pesquisas foram realizadas com essa temática, com vistas a perceber a pertinência da realização da mesma (seja pelo interesse na temática e, também, pela carência de pesquisas com a mesma abordagem proposta nessa dissertação). O estado do conhecimento foi realizado em três bancos de dados, utilizando os mesmos descritores. Em um primeiro momento foram selecionados aqueles trabalhos cujo título tivesse relação com o que estava sendo pesquisado. O segundo recorte foi realizado a partir do resumo dos trabalhos que aparentavam ter relação na rodada anterior. Por fim, aqueles que persistiram com a relação demonstrada pelo título e resumo, foram analisados em seu texto completo.

Deste modo, mapeou-se o número de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado de universidades brasileiras de natureza pública e privada, coletadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no banco de teses e dissertações da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na plataforma de acesso a artigos da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO).

A partir desse material, realizou-se o mapeamento, a identificação, a classificação e a análise do material científico coletado, com objetivo de esboçar o estado do conhecimento acerca dos descritores: Políticas de Avaliação em Larga Escala, Currículo e ENADE, Planejamento e ENADE, ENADE e Ranqueamento, ENADE e Regulação.

As dissertações e teses consideradas pertinentes a essa investigação de mestrado foram salvas em pasta virtual própria, para posterior consulta. Para organização e compilação dos dados coletados, elaborou-se um quadro de cada trabalho acadêmico selecionado com os seguintes dados: Grau/título/autor; Resumo; Ano; Universidade; Região. Na sequência, podem ser visualizados os dados quantitativos desta busca preliminar nos bancos já referenciados.

Quadro 01 – Estado do conhecimento – total de Dissertações e Teses referentes a temática.

DESCRITORES	IBICT	CAPES	SCIELO	TOTAL
POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA	12	2	3	17
CURRÍCULO E ENADE	9	2	0	11
PLANEJAMENTO E ENADE	4	1	1	6
ENADE E RANQUEAMENTO	0	0	0	0
ENADE E REGULAÇÃO	7	0	0	7
TOTAL	32	5	4	41

Fonte: elaborado pela autora, com base no levantamento de dados realizado nos bancos do IBICT, CAPES, e SCIELO.

Totalizaram trinta e dois (32) trabalhos encontrados pelo IBICT que melhor se relacionam com o tema dessa dissertação os quais estão distribuídos no descritor “Política de Avaliação em Larga Escala” (12), “Currículo e ENADE” (9), “Planejamento e ENADE” (4), “Enade e Ranqueamento” (zero) e “ENADE e Regulação” (7). Cabe destacar que para esse levantamento optou-se focar num recorte temporal dos últimos 10 anos de produção acadêmica, tal como o recorte temporal desta pesquisa. Foi aplicado filtros a cada descritor, a saber: (a) seleção de período: 2007 a 2017; (b) identificação de país: Brasil; (c) triagem do idioma: português; e (d) apuração de grau: primeiro, buscamos somente dissertações e, posteriormente, teses.

Na pesquisa realizada no banco de teses e dissertações da CAPES, totalizaram cinco (5) trabalhos para a discussão nessa dissertação, sendo que a busca foi refinada por: (a) data de Publicação: 2007 até 2017, (b) tipo de recurso: artigos; e (c) idioma: português. Foram encontrados com o descritor “Política de Avaliação em Larga Escala” sete trabalhos, mas apenas dois (2) condizem com a proposta deste estudo, com o descritor “Planejamento e ENADE” foram encontrados quarenta e dois trabalhos, mas apenas um (1) condiz com este estudo. Já com o descritor “Currículo e ENADE” foram encontrados vinte nove, mas, pelo resumo, apenas dois foram contemplados nesta pesquisa. Já com o descritor “ENADE e Ranqueamento” foram encontrados dois artigos, no entanto nenhum deles apresenta relação com este trabalho e, por fim, com o descritor “ENADE e Regulação” foram

encontrados vinte e seis artigos, dos quais, também, nenhum condiz com o presente estudo.

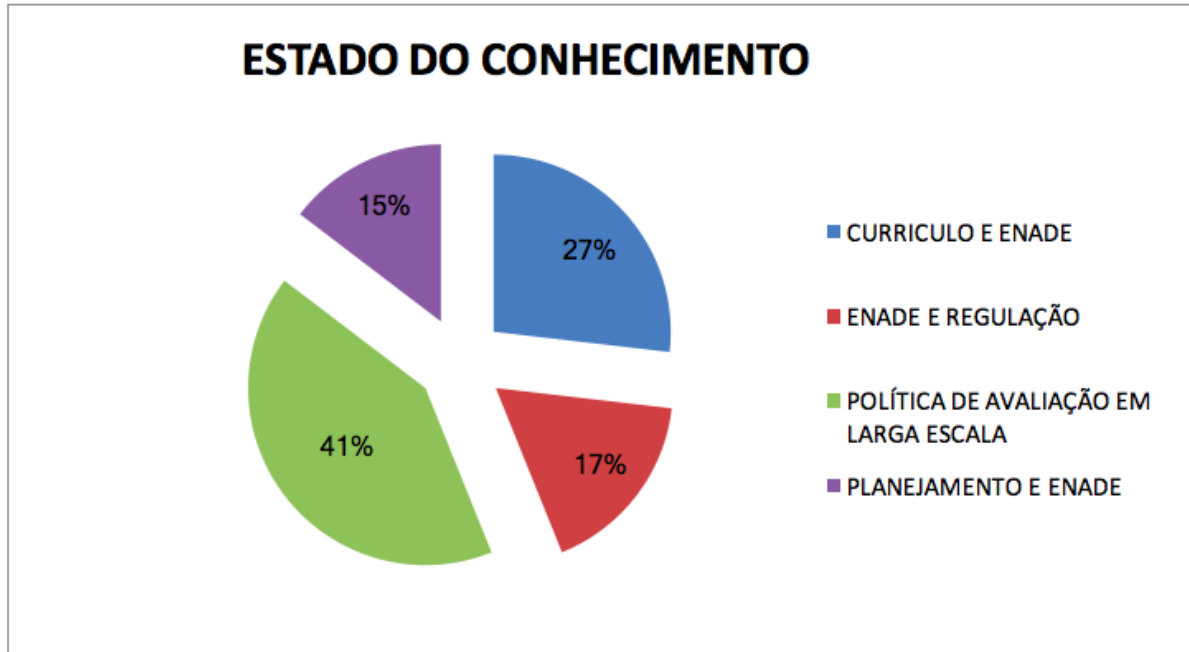
Já na pesquisa realizada no banco de artigos da SCIELO, mantendo o mesmo filtro utilizado nas pesquisas anteriores, emergiram quatro (4) artigos, com o descritor “Planejamento e ENADE” apenas um (1) artigo, com os descritores “Currículo e ENADE” e “ENADE e Ranqueamento” também não foram encontrados artigos, enquanto que com o descritor “ENADE e Regulação” foi encontrado um (1), mas que não condiz com este estudo e, por fim, com o descritor “Política de Avaliação em Larga Escala” foram encontrados doze artigos, dos quais três (3) foram utilizados para esse estudo.

Ao pesquisar o descritor ENADE e Ranqueamento nos bancos IBICT, CAPES e SCIELO, não foi possível encontrar dissertações e nem teses relevantes para a temática abordada na presente dissertação, portanto foi feita a exclusão desse descritor no mapeamento da presente pesquisa.

Cabe ressaltar que o procedimento enfrentou dificuldades relacionadas ao *link* que direciona ao trabalho completo de algumas universidades, o qual informava que diversas páginas não existiam. O problema foi solucionado através da complementação de outra ferramenta digital, o Google Acadêmico. O título e respectivo autor encontrado na biblioteca digital eram repassados para o Google Acadêmico que assim fornecia as informações, até então não encontradas.

No Gráfico 01 é possível visualizar um panorama geral do estado do conhecimento com relação aos descritores “Currículo e ENADE”, “ENADE e Regulação”, “Política de Avaliação em Larga Escala” e “Planejamento e ENADE” apresentados em porcentagens pelo total de dissertações e teses encontradas em cada descritor.

Gráfico 01 – Panorama geral do Estado do Conhecimento.

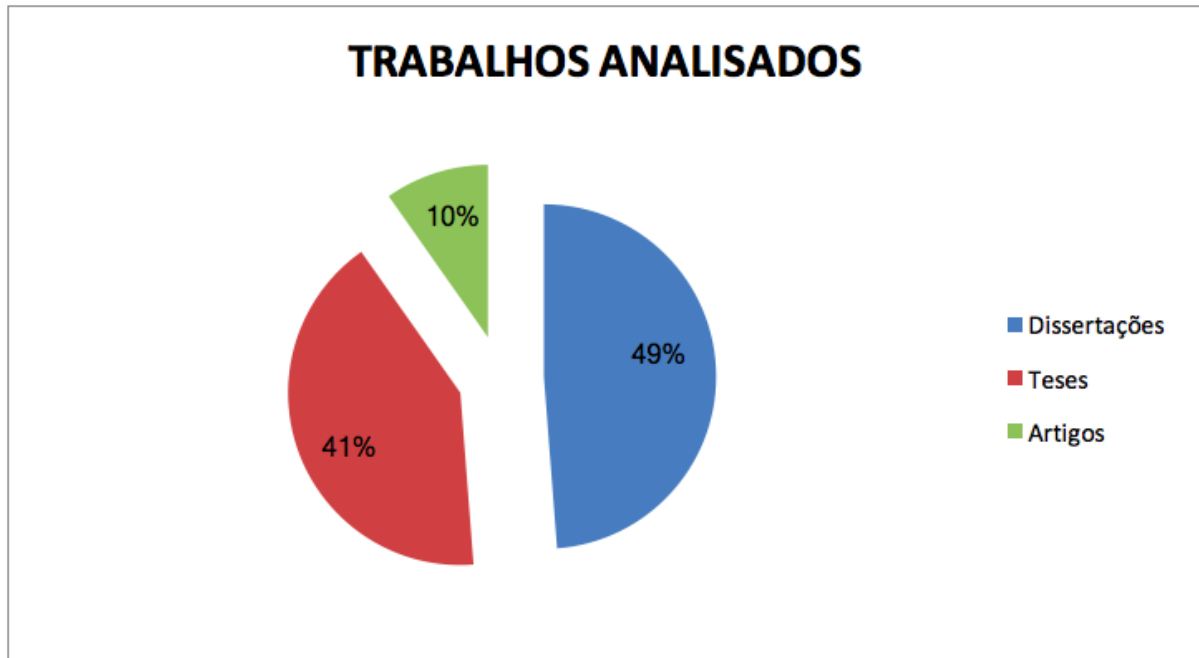


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base no estado do conhecimento realizado nos bancos de dados do IBICT, CAPES e SCIELO.

No Gráfico 01 estão representados os dados conforme pesquisa realizada nos bancos de dados do IBICT, CAPES e SCIELO perfazendo um total de quarenta e um (41) trabalhos referentes ao tema desta pesquisa. O descritor “Currículo e ENADE” totalizou 27%, distribuídos entre nove (9) dissertações e duas (2) teses. Com o descritor “ENADE e Regulação”, somam-se 17% da busca, distribuídos entre três (3) dissertações e quatro (4) teses. O descritor “Política de Avaliação em Larga Escala” somou 41% de trabalhos encontrados, distribuídos em quatro (4) dissertações, dez (10) teses e três (3) artigos. E com o descritor “Planejamento e ENADE”, representado em 15% dos trabalhos analisados, encontrou-se quatro (4) dissertações, uma (1) tese e um (1) artigo.

Enquanto no primeiro gráfico apresentou-se o panorama geral dos trabalhos encontrados e analisados, já no Gráfico 02 disponibiliza-se a distribuição desse material extraído dos bancos da CAPES, SCIELO e IBICT quanto a sua estrutura/forma/formato (tese, dissertação ou artigo).

Gráfico 02 – Formato dos trabalhos analisados.



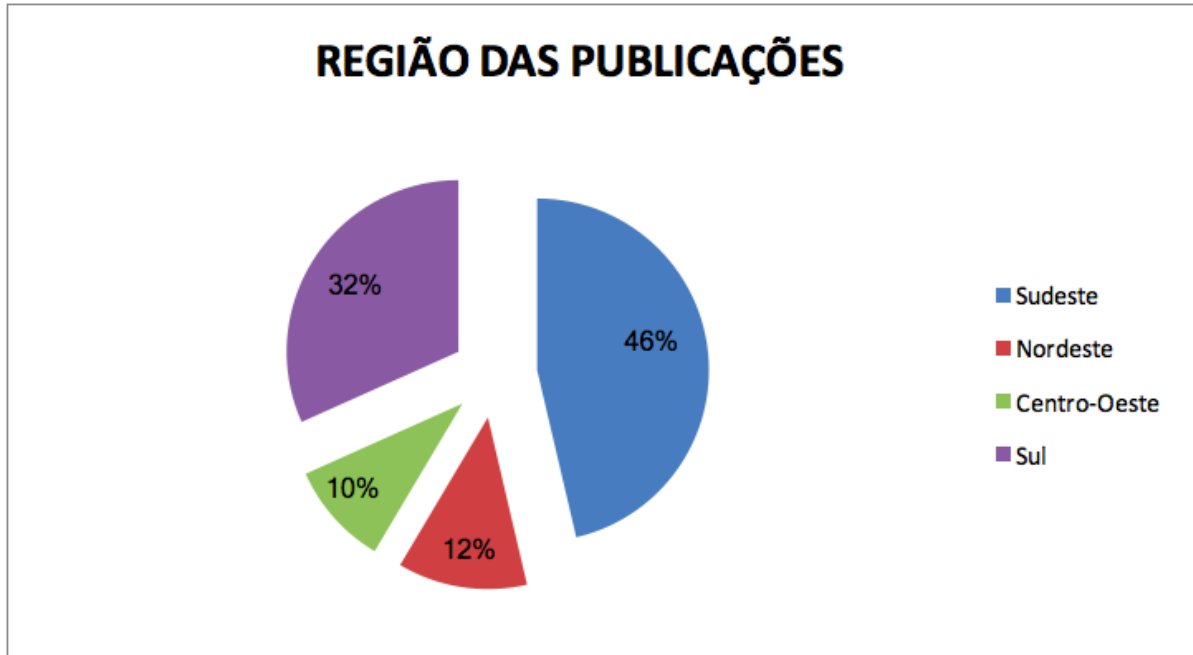
Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base no estado do conhecimento realizado nos bancos de dados do IBICT, CAPES e SCIELO.

Dessa forma, como pode ser observado no Gráfico 02, dos quarenta e um (41) trabalhos analisados, vinte (20) estão publicados em formato de dissertação, o que equivale a 49%, ou seja, quase metade deles foi elaborado enquanto pesquisa de mestrado. Dezesete (17) são oriundos de investigação de doutorado e, portanto, estão publicados em formato de tese, o que equivale a 41%. Enquanto apenas 10% desses trabalhos estão publicados como artigos, o que numericamente corresponde a quatro (4) trabalhos.

No Gráfico 03 apresenta-se a classificação desses trabalhos (oriundos do estado do Conhecimento nos bancos de dados do IBICT, CAPES e SCIELO), por região de publicação/defesa ou por local em que foram produzidos. Nesse interim, convém destacar, que as teses e dissertações que emergiram da busca no IBICT e na CAPES estão classificadas na região em que tais trabalhos foram defendidos/publicados, já os artigos provenientes do banco da SCIELO estão caracterizados pela região em que os autores lecionam/trabalham, portanto, pela região em que foram produzidos⁶.

⁶ Se faz pertinente essa explicação, tendo em vista, por exemplo, um dos artigos ter sido publicado em um periódico situado na região sudeste, mas cujos autores trabalham e desenvolvem suas

Gráfico 03 – Classificação das publicações por região.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base no estado do conhecimento realizado nos bancos de dados do IBICT, CAPES e SCIELO.

No Gráfico 03 estão classificados os trabalhos analisados, quanto à região em que foram publicados ou produzidos e, desta forma, pode-se constatar que a região sudeste foi a que mais desenvolveu pesquisas a respeito da temática investigada, perfazendo um total de dezenove (19) trabalhos, o que corresponde a 46% dos trabalhos analisados. Seguido pela região sul com treze (13) trabalhos, o que equivale a 32%. Por fim, numericamente muito próximos, encontrei quatro (4) trabalhos na região centro-oeste e cinco (5) na região nordeste, o que corresponde a 10% e 12% do total de trabalhos analisados.

Após levantamento de dissertações, teses e artigos nos bancos de dados do IBICT, CAPES e SCIELO foi encontrado um número significativo de trabalhos que se relacionam com a temática aqui tratada. Dessa maneira, é possível constatar que a temática pesquisada é de suma importância para a área da educação, tanto que várias pesquisas já foram desenvolvidas a esse respeito, as quais puderam ser observadas, numericamente, nos dados apresentados até então. No entanto, na região sul apenas treze foram publicadas e nenhuma delas especificadamente com

pesquisas na região nordeste. O mesmo ocorre com algumas teses e dissertações, na qual o aluno investigou o contexto de uma determinada região, mas desenvolveu a pesquisa e a defendeu noutra.

o curso de Ciências Contábeis, tampouco atrelada à discussão na área da educação. Aliás, essa interdisciplinaridade entre ambos os cursos não foi percebida em nenhuma das publicações analisadas, nem mesmo nas demais regiões do país, o que justifica a pertinência desse estudo que aqui se apresenta.

Não se detendo exclusivamente aos dados numéricos, apresenta-se a partir de agora, alguns dados relevantes encontrados nessas pesquisas publicadas e analisadas, as quais nortearam também a realização da pesquisa ora apresentada. Assim, após pesquisa realizada nos bancos de dados do IBICT, CAPES e SCIELO é possível destacar algumas “passagens” que fazem referência a dissertação em questão. Tedesco (2011, p. 58), ressalta que:

A data em que o estudante realizou o referido exame constará como registro no histórico escolar. Nos casos em que o estudante não for selecionado, deverão constar no histórico escolar os seguintes dizeres: Dispensado do ENADE pelo MEC nos termos do artigo 5º da Lei nº10.861/2004 e os estudantes selecionados que não realizarem a prova não poderão receber o diploma enquanto não regularizarem a sua situação junto ao ENADE, devendo aguardar nova edição do exame cuja periodicidade é trienal.

Portanto, o estudante que é selecionado para realizar a prova do ENADE deve cumprir as determinações impostas pelo MEC, para não ficar com pendências e não ocorrer atraso na conclusão do curso sendo que, com a falta desse exame, não é possível adquirir o diploma de conclusão da graduação.

Nesse sentido, Rangel (2012, p. 199) esclarece que cabe ao dirigente da instituição de ensino superior a realização da inscrição dos estudantes habilitados a participar do ENADE, “[...], nos prazos estipulados pelo INEP, deve apresentar a relação dos estudantes que atendem os critérios definidos para serem considerados estudantes ingressantes e concluintes”. Dessa forma, a instituição de ensino superior é responsável por inscrever o estudante que se enquadra como apto (ingressante e concluinte) sempre seguindo os critérios já definidos pelo INEP para realizar a prova do ENADE, para isso existe um prazo definido pelo órgão e que deve ser cumprido pela instituição.

Em relação a prova do ENADE, Ferreira (2015, p. 68), relata que:

A prova é composta por 10 questões de formação geral (sendo 8 objetivas e duas discursivas) e 30 questões de componentes específicos (27 são objetivas e 3, discursivas). Para composição da nota final, a nota relacionada as questões de formação geral contribui com 25% do total, e a nota das perguntas referentes ao componente específicos, com os 75% restantes.

No entanto, a prova do ENADE é composta por questões de formação geral e componentes específicos do curso em que está sendo aplicado, sendo de caráter objetiva e discursiva. Nas questões de componentes específicos os estudantes precisam se deter com mais empenho e concentração para a realização, pois são essas questões que representam a maior porcentagem na validação da nota da prova.

Segundo Silva (2016, p. 35), “Os instrumentos básicos do ENADE são: a prova constituída de questões que permitem medir o conhecimento e habilidades; questionário de impressões dos estudantes sobre a prova; o questionário socioeconômico, que tem o objetivo de caracterizar o perfil do estudante; e o questionário do coordenador(a) do curso”. Desta forma, além de possuir questões de formação geral e de componentes específicos que visam medir o conhecimento e as habilidades do estudante, a prova do ENADE é composta por um questionário socioeconômico para o estudante responder sobre seu perfil e também um questionário para ser respondido pelo coordenador do curso que está sendo aplicado.

Ainda sobre a composição do ENADE, Campos (2009, p. 130) evidencia que:

O ENADE por ser elemento importante para o conceito preliminar de cursos (CPC), pois além dos resultados de desempenhos dos alunos, fornece as informações sobre o PPP e sobre a infraestrutura do curso, coletadas pelo questionário socioeconômico aplicado aos acadêmicos participantes do exame. Assim, o ENADE responde diretamente por 40% da composição do CPC e, indiretamente, com mais 30% deste índice pelas informações fornecidas que são acrescidas pelos dados do Cadastro Nacional de Docentes.

Esses dados contribuem para a discussão proposta nessa dissertação, a qual visa atrelar o ENADE e o Projeto Político Pedagógico (PPP) de um curso específico. Outro ponto de discussão nesse trabalho, é a avaliação de desempenho dos estudantes, que segundo Oliveira (2014, p. 13), “[...] pode ter como objetivo a

produção de conhecimentos de elemento necessário para o estabelecimento de ações proativas, a oferta de novos serviços e a melhoria de processos”.

Por conseguinte, a avaliação de desempenho dos estudantes segue algumas parametrizações das Diretrizes Curriculares Nacionais para garantir o levantamento do perfil do estudante, sendo assim definido por Waldrigues (2014, p. 72):

A Avaliação de Desempenho dos Estudantes, pois expõe que o regulamento será verificado mediante os conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares do curso de graduação, periodicamente, de carácter obrigatório, por meio de métodos amostrais a todos os alunos de graduação, sendo aplicados ao final do primeiro e do último ano de curso. Dessa forma, tal dinâmica garantiria um instrumento com desígnio de levantar o perfil estudantil.

No entanto, a avaliação de desempenho dos estudantes se regulamenta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e a prova é aplicada para os estudantes que estão iniciando e concluindo o curso, tendo como objetivo fazer um levantamento do perfil destes, sendo implantada após percepção do Estado de garantir a qualidade da educação. Enfatizado por Souza (2009, p. 20).

O processo de avaliação e de regulação da educação superior ganha centralidade, sustentada por diversos argumentos, como a necessidade de o Estado assegurar a qualidade educacional, a distribuição e uso adequado dos recursos públicos, a expansão segundo critérios estabelecidos por políticas institucionais do sistema, até mesmo a necessidade de dar fé pública à prestação de contas dessas instituições e de produzir informações úteis para a tomada de decisões.

O Estado, com sua importante participação nas políticas educacionais no processo de garantia da qualidade da educação, controla os resultados acadêmicos, buscando garantir a veracidade e a relevância das prestações de contas das instituições superiores e, a partir disso, estabelece diversas metas a serem atingidas para chegar a esse fim.

1.4.2 A estrutura da dissertação

A presente Dissertação está estruturada em cinco (5) capítulos, além da introdução e das considerações finais. Na introdução, além do já exposto

(justificativa, delimitação e organização da pesquisa), ainda apresenta-se o tema, o problema e os objetivos que incitaram a realização da presente pesquisa.

O segundo capítulo trata das considerações históricas da educação superior no Brasil e a gênese do curso de ciências contábeis. Nele aborda-se também o perfil do egresso do referido curso. O terceiro capítulo versa sobre as políticas públicas para a educação superior, momento em que o texto se respalda na avaliação em larga escala e reconhece o exame nacional de desempenho dos estudantes como política pública de educação, bem como, aborda o ENADE no curso de ciências contábeis em uma universidade comunitária no noroeste do Rio Grande do Sul.

O quarto capítulo traz os procedimentos metodológicos adotados, apontando para o delineamento, os procedimentos e para a coleta e análise com que os dados foram tratados. Cabe destacar que o método empregado nesta pesquisa foi de caráter bibliográfico e documental e que foram utilizadas as obras de autores renomados para contribuir na escrita sobre a temática de estudo e, para complementar, foi realizada pesquisa em documentos que estão disponíveis nos sites de livre acesso ao público em geral. Por fim, o quinto capítulo se refere a análise e discussão dos resultados, enquanto o sexto capítulo é responsável pelas considerações finais que o presente trabalho atingiu.

2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A GÊNESE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Este capítulo dedica-se ao estudo da trajetória da Educação Superior nas universidades brasileiras e, na sequência, trata sobre a criação e a evolução do curso de Ciências Contábeis no Brasil, bem como sinaliza o contexto de instituição comunitária, em que se situa essa pesquisa.

A Educação Superior no Brasil teve seu primeiro estabelecimento na Bahia, fundado pelos jesuítas no ano de 1550, com o objetivo de oferecer ensino para estudantes internos e externos, sendo eles filhos de funcionários públicos, de criadores de gado, de artesãos e de senhores de engenho. Após três anos da fundação, passaram a funcionar os cursos de educação superior em Artes e Teologia e, não ficando somente nesses cursos, o Colégio da Bahia passou a oferecer o ensino da Matemática. Nesse viés iniciaram as primeiras discussões sobre criar uma faculdade somente para esse ensino.

É interessante considerar que na sequência, no ano de 1808, ocorreu a necessidade de inovar a educação superior herdada da colônia e, então, foram incorporados os produtos da política educacional napoleônica. Foi nesse mesmo ano que o Brasil passou a ministrar os principais cursos direcionados aos ensinos de direito, medicina, engenharia, agricultura e artes em estabelecimentos isolados.

Também neste ano é concedido o título do primeiro professor do ensino superior brasileiro, e são estabelecidas as determinações para o desempenho dessa função. Nas instruções para lente de cirurgia, que se constitui no Primeiro Estatuto de Ensino Superior Brasileiro, o curso deveria ter a duração de quatro anos, desenvolvidos por aulas teóricas, em salas do Hospital Militar, e por aulas práticas duas vezes por semana, em uma das enfermarias, ao fim do qual seria concedido um certificado ao praticante. Eram habilitados a frequentar os alunos que tivessem conhecimento de língua francesa, pagando seis mil e quatrocentos réis ao seu professor. No verão, as aulas iniciavam às sete horas da manhã e no inverno as oito, com duração de três quartos de hora, excluindo as quartas-feiras e feriados. No último dia de aula da semana, aos sábados, ocorria a sabatina ou recapitulação das matérias que haviam sido objeto das lições. Nessa ocasião os lentes poderiam arguir os estudantes ou designar arguentes e defensores. Vigorava a obrigatoriedade do comparecimento às aulas e o abono de faltas ficava a critério dos professores, após exame de atestado médico. A perda de ano decorria da não presença a vinte aulas, por negligência, ou a sessenta aulas, por doença (MOROSINI, 2011, p.307).

Conforme relatado acima, no ano de 1808 ocorreram as mudanças na educação superior, pois, passaram a conceder o título de professor, constituíram o primeiro Estatuto do Ensino Superior, a possibilidade de cursar aulas práticas no Hospital Militar mediante pagamento em espécie e no término do curso receber certificado, sendo que, para a conclusão do curso era obrigado a seguir algumas regras.

Posteriormente, no ano de 1911, foi criada a Universidade de São Paulo, na qual eram oferecidos os cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Comércio, Direito e Belas Artes e um ano após foi criada a terceira universidade no país, localizada em Curitiba, capital do estado do Paraná. Assim, podendo ser chamada oficialmente de Universidade, a primeira e mais duradoura foi a do Rio de Janeiro, criada em 1920 com autorização do presidente da República. Segundo Morosini (2011, p. 309), “Em 1924 são criadas a Associação Brasileira de Educação e a Academia Brasileira de Ciências que corroboraram para a emergência de uma nova concepção de universidade numa nítida reação de positivismo do período. Isto se reflete na proposta de criação de universidade com conseqüente desenvolvimento de atividades de pesquisa”.

O incremento nos investimentos públicos na educação começou em meados de 60 como podemos reparar nos disseres de Dias Sobrinho (2003, p. 67), “Em 1960 e nos primeiros anos da década seguinte houve um substancial aumento de investimentos públicos na educação, sobretudo nos países mais industrializados, mas, também, e guardadas as proporções, nos periféricos, aí incluído o Brasil”.

A educação superior se expandiu consubstancialmente e constituiu um processo ambíguo, seja da forma de dilatar mediocridades como também venha acontecer a ruptura do *status quo*, a expansão pode representar desenvolvimento, empreendimento e democratização, por assim dizer, democratização a qual vem beneficiar a mudança e elevação nos padrões de vida da comunidade conforme a oferta dos serviços prestados pelos profissionais da educação.

Neste sentido, é fundamental destacar que a partir do ano de 1964 quando os Militares chegaram ao poder, o então governo federal começou a controlar de perto as ações acadêmicas com o intuito de coibir atividades de caráter subversivo, acontecendo o afastamento de inúmeros professores e alunos que tinham ideias fortes que representavam ameaça ao modelo

formado. Já no ano de 1968 aconteceu a reforma universitária dando consequência a ideologia do “capital humano”, ainda que restringindo drasticamente as liberdades políticas. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 68).

A educação superior, apesar de estar atrelada a um forte modelo econômico, ficava a mercê dos centros hegemônicos do capitalismo. As instituições educacionais passaram a ter algumas intervenções com o regime militar, como está relatado abaixo.

A política educacional do regime militar brasileiro submetia a educação à produção. Para maior eficiência, exerceu severo controle ideológico sobre as instituições educacionais, intervindo rigidamente nas universidades, não só no que diz respeito às esferas administrativas, mas também à docência e à pesquisa. (DIAS SOBRINHO, 2003. p. 68).

Em relação à expansão a educação superior, é preciso evitar que as universidades acabem sendo apenas um lugar de concentração dos estudantes, por somente estarem oferecendo bolsas de estudos e melhores formas de financiamento do ensino, mas assegurar que a procura seja pela qualidade, objetividade e eficácia do ensino.

De acordo com o entendimento de Mendes (2006, p. 75), “a expansão na base da concentração: tornar cada vez mais consistentes os núcleos instalados, para que eles possam multiplicar os seus serviços. Finalmente, uma razão técnico-administrativa, referente à organização do ensino”.

A expansão consiste na exploração da capacidade máxima das estruturas físicas das universidades, na criação de novos núcleos de ensino para alocar os alunos, na ampliação da capacidade produtiva, na obtenção de um planejamento global da educação superior no Brasil, na atribuição às universidades de condições apropriadas para o seu desenvolvimento regional. Cabe destacar que, no Brasil, a oferta de vagas para o ensino superior é fortemente variada conforme a região, tendo em vista que o perfil econômico da população é fator preponderante para essa variação.

No entanto, é necessário que seja feita a reformulação do planejamento da educação superior, criando assim um novo sistema de articulação entre o Governo e as universidades em prol do financiamento, não deixando de ter o seu próprio

arbítrio nas decisões sobre os recursos públicos e a política de desenvolvimento, sendo de forma democrática, na qual são instituídas medidas de novos modos de existência, de nova estrutura de recursos públicos e de sua distribuição. Refere-se, em instituir com responsabilidade um sistema bilateral que se baseia na autonomia da universidade.

A autonomia das universidades é condicionada pelos fatores institucionais, políticos e econômicos que lhe formam a moldura concreta. Significa o direito que têm elas de participar os Conselhos de Estado que elaboram a política nacional de educação superior e que decidem da distribuição de recursos; de articular sua vontade com a do Estado por convênio, e não por imposição. Não se pode haver autonomia financeira da universidade para promover, com recursos públicos, nem iniciativas suntuárias que ultrapassem as possibilidades do País, ou da região, nem qualquer iniciativa pedagógica ou cultural inconsistente. (MENDES, 2006, p. 79).

Por conseguinte, a autonomia se estende a todos os níveis da gestão universitária, sem constituir monopólio, começando do nível mais baixo até os que estão na cúpula, todos os grupos representativos da universidade tem sua autonomia relativa.

Dando sequência a fala sobre as fortes influências que o ensino superior sofreu e levando em conta a conjuntura internacional, foram apontadas algumas missões para a universidade:

São apontadas para a universidade as seguintes missões: educar, formar e realizar pesquisas; ter funções éticas, de autonomia, de responsabilidade e de prospecção; igualdade de acesso a todos e às mulheres em especial; promoção do saber mediante a pesquisa e a difusão de resultados; orientação em longo prazo fundada na pertinência; cooperação com o mundo do trabalho; diversificação como meio de reforçar a igualdade de oportunidades; métodos educativos inovadores; protagonismos dos professores e dos estudantes, avaliação da qualidade; potencialização dos desafios da tecnologia; reforço à gestão e ao financiamento da educação como serviço público; disseminação dos conhecimentos entre os países; e fortalecimento de alianças e associações. (MOROSINI, 2011, p. 316).

O que faz sentido na universidade é de transformá-la num lugar de densos contatos de assimilação cultural profunda, que seja formadora e não simplesmente oferte aulas formalmente prontas, mas sim aulas com conteúdos atualizados,

aprofundados e mais objetivos, pois os professores devem estar em constante busca pelo conhecimento e pela atualização sobre os conteúdos.

Segundo Mendes (2006, p. 107) “a razão que governa a universidade, a sua lei é a autonomia intelectual: na estrutura do poder e na estrutura didática. Por isso mesmo, se o autogoverno é o apanágio da democracia, nenhuma comunidade se aproxima tanto desse ideal quanto a universidade”.

A universidade tem a habilidade de manejar conhecimento, assim se pode mencionar que se liga a um dos patrimônios mais decisivos e profundos da humanidade, pois forma novas gerações não só para o mercado de trabalho, mas principalmente para saberem pensar. Conforme, Demo (2004, p. 48) “ressalta-se a visão de mercado, que, não podendo, em absoluto, ser descartada ou diminuída, de modo algum pode ser o centro das atenções. No centro deve estar o processo tipicamente formativo, tomando-se ‘formação’ como ‘aquilo que resta depois que se esqueceu de tudo’”. Pois, o ensino precisa ser voltado às necessidades do mercado de trabalho, sem ser deixado de lado ou diminuída a nada os valores formativos.

Na sequência desse trabalho se estudará e revisitará a história e origem do curso de Ciências Contábeis da Universidade comunitária no norte do Rio Grande do Sul, que está presente desde o ano de 1989, sendo a primeira universidade a se instalar no município e que já graduou mais de 1.350 profissionais, os quais estão atuando em todo o país, nos diversos ramos da contabilidade e continua formando pessoas em outros cursos e marcando a história da região, transformando assim o sonho de muitas pessoas em realidade.

Ao falar em educação superior, temos o curso de Ciências Contábeis que no Brasil começou a dar seus primeiros sinais de existência, quando o homem sentiu a necessidade de controlar seu patrimônio, saber se houve um acréscimo no seu capital ou não de um ano para outro, saber quanto produzia. Esta contagem era feita antes mesmo de existir números, era utilizado um conjunto de pedrinhas sendo que era a forma de representar a riqueza no momento. No entanto, ludícibus (2007, p. 30) relata que:

Aqui entra a função da contabilidade já no início da civilização: avaliar a riqueza do homem; avaliar os acréscimos ou decréscimos dessa riqueza. Como o homem naturalmente é ambicioso, a Contabilidade existe desde o

início da civilização. Alguns teóricos preferem dizer que ela existe, pelo menos, desde 4.000 antes de Cristo.

Esta técnica de contagem com as pedrinhas, hoje podemos chamar de inventário, pois cada pedrinha representava cada cabeça de ovelha que o homem possuía e o quanto cada ovelha produzia de lã no ano e caso fosse fazer a troca dessa lã, quanto representava nessa troca ou até mesmo do estoque.

Segundo Ludícibus (2007, p. 35) “a contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Todavia, a Contabilidade utiliza os métodos quantitativos (matemática e estatística) como sua principal ferramenta”.

A partir do desenvolvimento econômico a contabilidade se tornou importante, pois até a década de 60 os profissionais contábeis eram chamados de guarda-livros e só a partir da década de 70 que esses profissionais começaram a adquirir maior valorização, pois esse profissional contábil passou a ter um papel essencial para as empresas, sempre com o intuito de controlar os bens patrimoniais.

De acordo com Palácios (2017, p. 07) “A entidade mais antiga e reconhecida oficialmente, ainda na época do Brasil Império foi fundada em 18 de abril de 1869, no Rio de Janeiro: a Associação dos Guarda-livros da Corte”.

No ano de 1870 foi realizada a primeira regulamentação no Brasil, através do Decreto Imperial n. 4.475, que para ser um guarda-livros era necessário conhecer bem a língua portuguesa e francesa e possuir uma caligrafia perfeita, com a chegada da máquina de escrever, começou-se a exigir o domínio dos processos datilográficos.

Segundo Schmidt (2008, p. 140), “[...] uma das primeiras grandes manifestações da legislação, como elemento de influência dos aspectos culturais sobre a prática e os conceitos do desenvolvimento contábil brasileiro, foi o Código Comercial de 1850. Esse código instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do balanço geral composto dos bens, direitos e obrigações das empresas comerciais”.

No início do período republicano, os anseios associativos foram acelerados e já na primeira década do século XX começaram a surgir importantes agremiações. Já no ano de 1915 ocorreu a fundação do Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais,

que logo em seguida surgiu a Associação dos Contadores de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Contabilidade no Rio de Janeiro que perduraram e se transformaram no tempo.

Em 1916, o senador João Lyra, patrono dos contabilistas brasileiros, já defendia no Senado a regulamentação da profissão contábil, com 'a conveniência de regularizar-se o exercício de nossa profissão, acentuando a merecida e geral confiança que adviria do abono da Classe, pelos seus mais circunspectos representantes, a capacidade moral e técnica dos contadores'. (PALÁCIOS, 2017, p. 07).

Conforme relato acima, a regulação da profissão contábil foi dada pelo senador João Lira e acentuou a confiança da classe contábil, levando-se a capacidade moral e técnica dos contadores. Além disso, em 1924 aconteceu o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade, no qual foram difundidas as campanhas para a regulamentação de contador e a reforma do ensino comercial no país.

No ano de 1926, o Decreto nº 17.329 regulamentou o ensino técnico comercial, que obrigava os estabelecimentos de ensino reconhecidos oficialmente a manterem obrigatoriamente um curso geral, de duração de quatro anos. Além disso, podiam oferecer, facultativamente, um curso superior, com duração de três anos, e um curso de especialização, como Atuária e Perícia Contábil, também regulamentado. O referido decreto também determinava que o ensino deveria ser principalmente prático. A intenção era formar contadores especialistas em escrituração contábil e livros. (PALÁCIOS, 2017, p. 09).

A evolução da Contabilidade sofreu forte influência das escolas norte-americanas, no cenário contábil mundial tanto em termos gerenciais como financeiros, de certa forma bem perceptível, essa ascensão ocorreu após a queda da Escola Europeia. Nesse sentido,

No ano de 1927, foi lançada a ideia de um 'Registro Geral dos Contabilistas Brasileiros', o que se tornou efetivo por meio de um Conselho Perpétuo e pode ser considerado uma espécie de embrião do atual sistema CFC/CRCs⁷.

Em 1931, o Decreto nº 20.158 reorganizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de Contador, determinando que o ensino comercial passou a ser oferecido sobre a forma de um curso propedêutico, de cursos técnicos (secretário, guarda-livros, administrador vendedor, atuário e perito-contador), curso superior de administração e finanças e

⁷ Conselho Federal de Contabilidade/Conselho Regional de Contabilidade.

curso elementar de auxiliar de comércio. E o Decreto nº 21.033, de 1932, passou a exigir que os livros e documentos contábeis fossem assinados por atuário, perito-contador, contador ou guarda-livros, caso contrário, não teriam efeito jurídico ou administrativo, o que ampliou a demanda por esses profissionais no mercado, bem como estabeleceu diversas exigências para o exercício dessas profissões. (PALÁCIOS, 2017, p. 09).

Com o passar dos anos a contabilidade no Brasil evoluiu e com isso ocorreu o registro da profissão dos contadores, passou a ser ofertado o ensino técnico para os secretários, guarda-livros, administrador vendedor, atuário e perito contador, também passou a ser oferecido curso de nível superior nas áreas de administração e finanças, as exigências do mercado de trabalho ficaram cada vez maiores para exercer a profissão e ao enquadramento nos modelos organizacionais.

Visando dar continuidade nessa contextualização histórica, percebe-se a necessidade de definir quem é o profissional que se forma nesse contexto, ou seja, qual o perfil do egresso dessa área de formação quanto as habilidades e competências que devem ser adquiridas para exercer a profissão e na inserção no mercado de trabalho frente aos diversos modelos empresariais e espaços de atuação.

2.1 PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Neste capítulo aborda-se as habilidades e competências do egresso do curso de ciências contábeis quanto a formação do seu perfil, sendo que para formar um profissional contábil é tido como fundamental possuir algumas habilidades e competências e estão dispostas no Projeto Político Pedagógico do referido curso e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

O aluno do curso de Ciências Contábeis, diante dos objetivos da Instituição e do curso, bem como das DCNs do Curso estabelecidas pela Resolução CNE/CES⁸ n. 10/2004, de 16 de dezembro de 2004; das necessidades profissionais, quer sejam elas nacionais, internacionais ou mesmo regionais, deverá apresentar-se como profissional que, tendo reunido ao longo da sua formação profissional, conhecimentos que o identifiquem com o seguinte perfil técnico/profissional:

⁸ Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior.

“a) Um indivíduo/cidadão de postura crítica, com visão holística, quer seja quanto aos aspectos técnicos e inerentes à profissão, mas também diante das realidades político-econômicas, que venham e/ou possam vir a afetar a sua profissão ou o mercado de trabalho; b) Solidário e ético, que priorize as pessoas e o trabalho em equipe, com visão humanística, sem deixar de ser acima de tudo um profissional, que reúna os conhecimentos técnicos atinentes à sua carreira profissional; c) Profissional de espírito crítico, que busca participar da evolução da profissão e das normas que a regem e contribuindo para a evolução da ciência contábil, atuando como pesquisador; d) Profissional que atue na geração de informações e que demonstre visão empreendedora, buscando atuar como consultor de negócios, que reúna visão política, sem esquecer a técnica; e) Técnico qualificado com o domínio do conhecimento genérico de áreas afins, a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania; - Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informações contábeis e de controle gerencial; - Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhes são prescritas através da legislação específica, revelando o domínio adequado aos diferentes modelos organizacionais” (PPP, 2017, p. 29).

Os egressos do curso de ciências contábeis precisam ter um perfil coerente com as exigências do mercado de trabalho, ter uma visão sistêmica e humanística, manter uma postura ética, ser uma pessoa capaz de contribuir e primar pela evolução da contabilidade, que seja empreendedor sem esquecer-se da técnica, pois é importante que tenha profissionais dedicados a criação e implantação de novos sistemas contábeis para facilitar o desenvolvimento do trabalho.

O Art. 4º da Resolução CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004, destaca que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao

gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (RESOLUÇÃO CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004, p. 2-3).

O curso de ciências contábeis segue algumas determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação deste profissional, com a globalização, o mercado de trabalho está cada vez mais exigente quanto a inserção dos profissionais, sendo assim os profissionais da área contábil devem estar preparados para as inovações que vão surgindo e manter-se em constante aprimoramento dos seus conhecimentos e habilidades, para ficar a frente e se destacar profissionalmente.

Atrelado a esse perfil profissional dos egressos do referido curso de uma universidade comunitária específica, situada na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na qual foi realizada a presente pesquisa, se faz necessário discutir as políticas públicas para a educação superior, tendo em vista se tratar de um tema relevante e atual.

As políticas públicas para a educação superior são eixo central deste estudo e alvo de discussão no próximo capítulo, as quais aparecem aqui de forma interdisciplinar entre os cursos de Ciências Contábeis e Educação, visando servir para melhor atender a sociedade discente, bem como de suporte e acompanhamento para pesquisas futuras.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Antes de aprofundar a proposta deste capítulo, podemos levar em consideração que as Políticas Públicas de Educação são inseridas pelos entes públicos para ser um instrumento de melhoria do ensino e também das instituições.

As Políticas Públicas para a Educação Superior podem se referir à avaliação em larga escala, que é uma série de perguntas em forma de questionário referente ao currículo do curso, essas informações são coletadas de forma padrão e com critérios pré-definidos, com o objetivo de analisar e levantar dados para a tomada de decisões, formulação de novas avaliações ou realinhamento de políticas existentes, também para obter um julgamento de valor, utilizando-se esses dados para a compilação da busca pela eficácia em relação ao curso avaliado.

Podemos considerar que o termo política apresenta diferentes significados e esteve presente em diversos períodos da história. “Em sua acepção clássica, deriva de um adjetivo originado de polis – *politikós* – e refere-se a tudo que diz respeito à cidade, e, por conseguinte, ao urbano, civil, público, social” (SHIROMA, 2007, p. 01).

Pode-se adotar políticas públicas diversas para implementar as ações mais adequadas e oportunas, levando em conta os recursos econômicos, financeiros e humanos. São políticas públicas todas as medidas tomadas pela administração pública em nível federal, estadual e municipal com a finalidade de obter resultados coletivos, em benefício da sociedade. Segundo Shiroma (2007, p. 73),

Uma política nacional de educação é mais abrangente do que a legislação proposta para organizar a área. Realiza-se também pelo planejamento educacional e pelo financiamento de programas governamentais, em suas três esferas, bem como por uma série de ações não governamentais que se propagam.

Outra definição de políticas públicas pode ser sintetizada de maneira que se compreendam as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana.

Dessa maneira, as políticas públicas podem ser consideradas as ações do governo, surgiram para serem geridas pelo Estado em benefício da sociedade, para

fazer cumprir as leis e os direitos dos cidadãos, proporcionando assim a equidade e a igualdade.

Assim, é interessante observar que Shiroma (2007, p. 54), descreve “[...] equidade sendo entendida como a igualdade de oportunidades de acesso, de tratamento e de resultados. O termo refere-se ao acesso à educação – quer dizer, com iguais oportunidades de ingresso – e a distribuição das possibilidades de obter uma educação de qualidade”.

De acordo com o dicionário de Políticas Públicas menciona-se que:

Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório (AMABILE, 2013, p. 390).

Políticas públicas são ações tomadas pelo governo (organização específica de poder ao serviço do Estado), sua função é fazer com que se desenvolva uma relação exitosa entre os que compõem esta relação contratual, que se dá entre o cidadão e o ente público e tem por finalidade obter resultados coletivos em benefício da sociedade, são executadas em nível federal, estadual ou municipal. No entanto, as diversas políticas públicas adotadas pelos governantes se materializam com ações que levam em conta os recursos econômicos, financeiros e humanos de que dispõem.

Assim, destaca-se que a Constituição de 1988 nasce em um momento no qual o Brasil reorganiza sua Democracia, ela pode ser considerada um dos marcos mais importante para os avanços dos direitos e das garantias da sociedade brasileira, assim como, para a educação e efetivação da cidadania, a participação social está inserida na Constituição, o que denota as conquistas da democracia. Em seus artigos 205 e 206, os quais são efetivados pela LDB/96, coloca-se em prática o direito à educação, sendo de qualidade e gratuita, como direito assegurado, conforme observado no Art. 205 da respectiva Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2017, Art. 205).

Ainda sobre as políticas públicas, podemos citar a Avaliação na Educação Superior que hoje se alastra aos domínios de todas as produções sociais, exercendo papel de grande importância que visa às reformas e inovações dos currículos e das práticas pedagógicas, referindo-se também quanto à configuração dos modelos e os sistemas das instituições brasileiras.

As várias políticas públicas educacionais que estão implementadas foram pensadas de modo a promover reformas de ensino de caráter nacional, de longo alcance, homogêneas, coesas, ambiciosas em alicerçar projetos para uma “nação forte”. Tratava-se, também, de preparar e formar a população para se integrar às relações sociais existentes, especificamente às demandas do mercado de trabalho, uma população a ser submetida aos interesses do capital que se consolidava no país (SHIROMA, 2007, p. 12-13).

Contudo, a educação no Brasil não teve o respeito e a dedicação merecida, foi, de certa maneira, protelada e durante muito tempo esteve vinculada ao processo de colonização. Desde a chegada dos primeiros colonizadores no Brasil a educação é temática que exige destaque para o desenvolvimento e soberania de uma nação.

Portanto, conceituando políticas públicas educacionais, Oliveira (2010 *apud* Ferreira e Santos, 2014, p. 148) diz o seguinte:

[...] Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

No que se referem às políticas públicas educacionais, estas são necessárias para colocar em prática o direito à Educação, o direito de um ensino de qualidade e gratuito, objetiva levantar informações úteis e relevantes sobre a qualidade da educação fornecida nas instituições e em que condições se encontram essas

instituições. Tem como função estabelecer um tipo de diagnóstico e são definidos como sistemas de informação.

3.1 AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

A avaliação em larga escala tem papel importante tanto nas mudanças de gestão na educação superior quanto na organização em geral dos sistemas de ensino. Assim, a unidade acadêmica passa a ter autonomia, poder de decidir os seus planos e ações em decorrência do fortalecimento do sistema educacional, pode ser ressaltado que influência na melhora da qualidade do ensino (reformas educacionais) e na alocação de recursos.

Por conseguinte, a avaliação em larga escala é externa e padronizada, tem vários argumentos ao seu favor que se referem a:

Publicização dos resultados obtidos pelos estudantes nessas avaliações, permite-se que os pais acompanhem como os alunos de uma determinada escola estão se desenvolvendo, possibilitando que façam escolhas sobre os estabelecimentos de ensino de preferência para que os filhos estudem ao mesmo tempo em que este processo pressionaria as escolas a melhorar;
 Produzem diversas comparações entre alunos de uma mesma escola e entre alunos de diferentes escolas da região ou, até mesmo, do país, que não seriam possíveis se elas não existissem. Da mesma forma, em nível de rede de ensino, um determinado gestor poderá comparar o desempenho das escolas de sua rede com as de outros municípios, estados e com as médias nacionais. Tais comparações são importantes em contextos em que há uma matriz de referência ou um currículo básico comum. (BAUER, 2015, p. 1370-1371).

Por tanto, a publicização leva a transparência dos resultados quanto à aprendizagem do aluno e o ensino ofertado pelas instituições, possibilitando um melhor acompanhamento por parte dos pais, da sociedade, das pessoas que têm interesse em um dia serem estudantes e desfrutar de um ensino de qualidade, conseguindo também fazer uma comparação de uma instituição com outra.

As políticas de avaliação em larga escala foram desencadeadas no Brasil, de forma mais intensa, a partir da última década do século XX. Objetivam diagnosticar as possíveis insuficiências na aprendizagem dos educandos, assim como direcionar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras com o intuito de melhorar a qualidade do ensino no país. (SCHNEIDER; ROSTIROLA; MOZZ, 2011, p. 309).

A Avaliação em Larga Escala consiste em uma série de perguntas e questões referente ao currículo do curso, essas informações são coletadas de forma padrão e com critérios pré-definidos, com o objetivo de analisar e levantar dados para a tomada de decisões, formulação de novas avaliações ou realinhamento de políticas existentes, também para obter um julgamento de valor, utilizando-se esses dados para a compilação da busca pela eficácia em relação ao curso avaliado.

Segundo Dias Sobrinho (2003, p. 48-49), “a avaliação não é neutra, nem é simplesmente uma descrição. Ela emite julgamentos e determina o valor, não de forma aleatória, mas de acordo com critérios apropriados”.

Está estruturada em forma de questionário, sendo respondida pelos alunos do curso no qual serão aplicadas as provas, com o objetivo de analisar a instituição, o curso e os professores. E o resultado desses questionários será utilizado para agregar valor ao curso e se necessário, possíveis alterações no mesmo ou na metodologia de ensino dos professores. As Avaliações em Larga Escala são norteadoras de políticas e programas educacionais, incluindo as restrições ao uso que vem sendo feito de seus resultados.

Uma das modalidades de avaliação consiste na avaliação dos cursos de graduação por meio da análise de documentos e de procedimentos que incluem visitas *in loco*, feitas por uma comissão externa à IES. A outra trata da avaliação interna e externa da instituição por meio de um processo de autoavaliação, coordenado por uma comissão interna, designada pela própria instituição e por uma comissão externa, designada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2006).

No entanto, o contexto dos resultados obtidos pelas avaliações das instituições, dos docentes e dos alunos é utilizado também para o reconhecimento do curso superior avaliado, conseguindo uma nota que se refere a um conceito, mais conhecido como Ranqueamento⁹.

De acordo com Dias Sobrinho (2003, p. 27), “a avaliação se torna cada vez mais complexa à medida que considera insuficientes os procedimentos meramente

⁹Ranqueamento é quando os melhores resultados são divulgados como forma de chamar atenção dos interessados por um curso superior para possível ingresso, sendo assim o Ensino Superior passa a ser um mero produto a ser adquirido.

descritivos e reclama a consideração de aspectos humanos psicossociais, culturais e políticos, nos quais não há consensos prévios e os entendimentos precisam ser construídos”.

Tendo em vista os questionamentos ouvidos sobre a avaliação em larga escala em todo o país, primeiramente destacamos a preocupação sobre os efeitos das avaliações nos cursos de ensino superior, das técnicas e dos instrumentos utilizados para obtenção do índice dos resultados, do aproveitamento desses índices, da validade e da confiabilidade. Na sequência discute-se sobre a seleção dos conteúdos e habilidades que norteiam essas avaliações.

É possível encontrar, também, na literatura de referência, questionamentos acerca do potencial de as avaliações em larga escala melhorarem a qualidade do ensino, visto que, apesar dos esforços realizados, especialmente pelos países latino-americanos, os dados obtidos por meio dessas avaliações mostram que pouco tem se alterado no quadro educacional da maioria dos países que as empregam enquanto instrumento de gestão, (BAUER, 2015, p. 1374).

Por tanto, a avaliação da educação superior possui significativa importância, obtida pela sociedade em vários países, com a finalidade de conseguir maior competitividade em relação à transformação desse nível de ensino. Ao se referir a esta importância, o capítulo seguinte tratará com maior aprofundamento sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes como Política Pública de Educação.

3.2 O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes tem papel importante nas universidades em relação à Política Pública de Educação, levando-se em conta que a avaliação da educação superior surgiu com o objetivo de controlar as instituições educacionais intervindo nas universidades no âmbito das esferas administrativas e da docência.

Foi nos anos de 1995-1996 que o exame nacional chamado “Provão” ganhou relevância, tornando-se realidade com grande peso nas reformas e nas políticas

educacionais sendo assumida como estratégia de poder, dessa forma a educação superior no Brasil passou a ser avaliada pelo Exame Nacional de Curso (ENC – Provão) e em 2003, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República, formou-se uma Comissão Especial de Avaliação (CEA) com objetivo de reformular o modo como é feita a Avaliação.

De acordo com Dias Sobrinho (2003, p. 72). “A grave crise econômica e o esgotamento do modelo militar brasileiro nos anos 1980 trouxeram à tona com mais visibilidade o assunto da avaliação da educação superior como instrumento básico para orientar a distribuição dos recursos públicos e a imposição da racionalidade da eficiência”.

É importante destacar que a avaliação feita nas Instituições de Ensino Superior (IES) é de fundamental importância, pois analisa a qualidade educacional, abrangendo o desempenho dos estudantes, a autoavaliação institucional e a avaliação externa. Portanto a finalidade é de responsabilizar os docentes e gestores a atingir e manter um bom conceito dos cursos e das instituições superiores.

Segundo Morosini (2011, p. 318). “O governo aprovou a Lei n. 10.861/04, que regulamenta o Sinaes – Sistema Nacional de Avaliações da Educação Superior, que avalia a instituição, os cursos e o desempenho dos estudantes. Este último item se intitula Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes”.

Desde a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, no ano de 2004, são feitas alterações para se adequar as necessidades de uma avaliação mais detalhada quanto à avaliação institucional, a autoavaliação e a avaliação externa. Em 2008 foi criado o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC) que veio com o objetivo de formar esses números (dados) num processo de *rankings*, sendo assim as instituições adquirem um patamar em relação a outras instituições, comprovando sua qualidade.

Dessa forma, a avaliação das instituições superiores faz com que os docentes se dediquem mais ao trabalho, buscando se reunir com os colegas para a troca de ideias e experiências, buscando mais conhecimento e participando de Seminários relacionados à sua área de atuação, passando a se engajarem na construção do projeto pedagógico dos cursos.

E a avaliação tem de ser de quantidades-qualidades: quantidades postas em situação, medidas segundo condições locais ou regionais, pressupostos institucionais e econômicos, e segundo ainda um processo dialético que deve ser controlado: em que medida, por exemplo, certa ampliação de recursos humanos numa determinada categoria profissional acarreta mudanças qualitativas, e em que medida essas mudanças qualitativas afetam as novas previsões quantitativas. (MENDES, 2006, p. 100).

Aconteceram inúmeras mudanças nas universidades privadas para conseguir atender os indicadores estabelecidos para o ideal de qualidade, essa busca fez com que as instituições seguissem uma forma de ensino pré-elaborado.

Com a vasta expansão dos sistemas educativos urbanos na década de 1920 provocou a necessidade de estruturação dos programas de tal modo que fosse facilitada a mudança de uma escola para outra por parte dos não estudantes. Isso gerou a necessidade de criação de provas padronizadas para medir habilidades e sucessos dos estudantes (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 57).

Com a constante preocupação sobre a qualidade na educação, passou a se falar em novo gerencialismo, que é um meio-fim que favorece a eficiência e a contratação, voltada as pessoas e dirigida para a qualidade e a excelência. O novo gerencialismo leva para as instituições de ensino superior um novo modelo de cultura e performances, que objetiva a competição e um novo perfil institucional.

Quanto à qualidade na educação em instituições de ensino superior, públicas e privadas, podemos comparar ao mercado de trabalho, no qual sempre há uma competição, uma busca constante por resultados de eficácia e excelência, os indivíduos estão sempre cumprindo metas, são monitorados pelo seu desempenho e geridos pelo *ranking*. Contudo, há funções contraditórias na avaliação da educação superior, que são as funções:

Proativa que é formativa e tem como objetivo melhorar e desenvolver o objeto em foco, seja um indivíduo, grupo, programa, instituição, sistema e assim por diante. Por outro lado, a avaliação retroativa que é somativa e vem sendo praticada com a função de prestação de contas (accountability). (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 45).

Já o termo gestão de qualidade proporciona mecanismos de proteção às pessoas interessadas pelo produto ou serviço, não deixando se enganarem por produtos ou serviços falsos ou inadequados.

Por conseguinte, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é prática recente e o resultado das avaliações está atrelado à expansão do setor privado mercantil, essa expansão foi motivada tanto pela qualidade quanto pelos recursos de poder da arena na qual estão situados seus mantenedores e quanto ao âmbito do SINAES podemos citar cinco métricas de qualidade: Avaliação da Educação Superior (AVALIES), Avaliação de Cursos de Graduação (ACG), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC).

O trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, é avaliado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e apresentado em forma de relatórios consolidados pela Comissão Própria da Avaliação (CPA) e disponibiliza as orientações para cada curso, sendo assim a avaliação do trabalho docente se apresenta com vários enfoques.

No entanto, os docentes das Instituições de Ensino Superior privadas devem tomar por referência o que é proposto nos padrões da instituição para atingir a melhoria da qualidade, já nas Instituições de Ensino Superior públicas os docentes têm autonomia para decidirem o que será feito. As Instituições de Ensino Superior privadas formam parcerias com os programas do governo para adquirir concessão de Bolsas de Estudos pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), mas para conseguirem têm que apresentar um resultado bom em relação à nota do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Diante do cenário educacional, observa-se a mudança de rumo nas políticas, pois houve a dispensa das visitas de comissões de avaliação das Instituições de Ensino Superior, imprimindo um carácter sistêmico ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), passando a focar nos resultados em apenas uma métrica de avaliação presencial de cursos, esses índices são utilizados como classificatórios, correspondendo ao Ranqueamento das instituições e dos cursos, ocasionando o surgimento do Estado-avaliador, no qual o Estado não tem mais condições de fazer parte do processo todo e institui a iniciativa privada como responsável por tomar conta das escolas, o Estado passou a ser avaliador dos resultados obtidos pelas avaliações em larga escala dos testes padronizados, aplicados pelas agências fiscalizadoras.

De acordo com o entendimento de Afonso (2000, p. 49), a expressão “Estado-avaliador quer significar, em sentido amplo, que o estado vem adaptando um *ethos* competitivo, *neo-darwinista*, passando a admitir a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educacionais”.

Neste sentido, o Estado-avaliador tem seu primeiro estágio marcado pela expansão das políticas de avaliação em larga escala, na introdução de mecanismo de *accountability*¹⁰, de *rankings* escolares, arenas de poder e passagem da responsabilidade para as instituições. Para Afonso (2000, p. 119), “em termos de política educativa, mais especificamente, trata-se agora de tentar conciliar o Estado – avaliador preocupado com a imposição de um currículo nacional comum e com o controle dos resultados”.

Os primeiros testes padronizados nas escolas foram direcionados aos estudantes, as escolas e aos sistemas de ensino do Brasil em 1976, foi aplicado pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). Após 20 anos da implantação dos primeiros testes padronizados para avaliação, percebeu-se a necessidade de um sistema de avaliação, sendo que o país precisava de informações sobre o andamento do ensino e do impacto das políticas educacionais.

Ao dar continuidade no assunto sobre políticas públicas de educação, é possível nos inteirar sobre o exame nacional de desempenho dos estudantes, que é aplicado nos cursos de nível superior. Este estudo estará focado no curso de ciências contábeis de uma universidade comunitária no norte do Rio Grande do Sul.

3.3 O ENADE NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA NO NOROESTE DO ESTADO

O ENADE desafia a instituição, os professores e os coordenadores há inovarem suas aulas, e aos alunos a se comprometerem com o estudo, com a pesquisa e com a investigação, possibilitando a qualificação dos cursos superiores,

¹⁰ A modalidade da *accountability* pode ser entendida como a responsabilidade de demonstrar eficiência e produtividade sendo exercida por funções reguladoras e também classificatórias.

é um instrumento de avaliação que contribui para a qualificação dos cursos em relação à qualidade dos docentes, a infraestrutura das instituições e o planejamento didático-pedagógico.

De acordo com Dias Sobrinho (2000, p. 77),

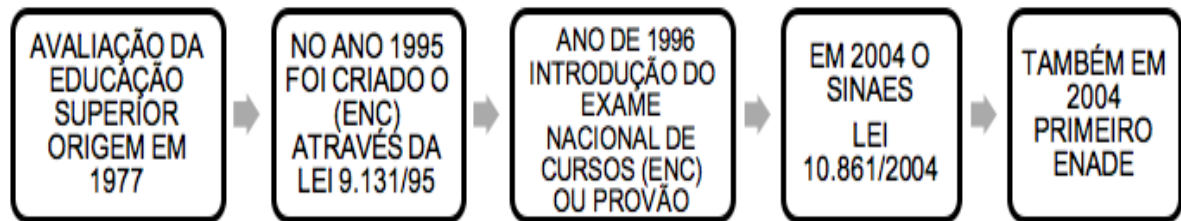
[...] a avaliação de uma instituição adentra em seus significados escondidos, em seus programas e desenhos de ação, em suas finalidades e compromissos, em seu clima e em sua disposição geral, nas relações hierárquicas de trabalho e poder, nos seus princípios e em sua cultura, nas contradições e conflitos, em seus consensos relativos, históricos provisórios e em sua mentalidade geral comum, constitutivos da comunidade acadêmica e científica.

Esse Exame, aplicado nacionalmente, avalia as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos superiores e os assuntos repassados aos alunos ingressantes e concluintes. Após a avaliação dos cursos, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes apresentará um índice que mostrará o quanto o curso está sendo reconhecido.

Entretanto, o ENADE, por ser uma prova única, não chega a englobar todos os aspectos de um curso e de uma instituição, o mesmo modelo de prova é aplicado em regiões diferentes, não se enquadrando na realidade dos alunos, sendo assim, acontece o mascaramento da realidade dos cursos e das instituições que são avaliadas. Para Dias Sobrinho (2000, p. 77), “[...] a avaliação deve intervir qualitativamente no desenvolvimento, no processo de construção e de solidificação institucional, pedagógica e científica da universidade”.

Logo abaixo está representada a evolução da avaliação dos cursos superiores, sendo que, do ano de 1977 até o ano de 1995 houve um período grande sem as avaliações, mas a partir daí, a evolução foi mais rápida, chegando, em 2004, à efetivação do Exame Nacional de Desempenhos dos Estudantes.

Quadro 02 – Evolução do Exame Nacional de Desempenhos dos Estudantes.



Fonte: Elaborada pela autora, baseada em informações da história do ENADE.

Por conseguinte, o curso que apresenta boa nota no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes passa a ter maior prestígio, o interesse pelo curso aumenta e assim ele consegue oferecer mais bolsas de incentivos para seus alunos, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a instituição fica reconhecida pela sociedade por ser de qualidade e aumenta sua credibilidade e respaldo frente ao mercado de trabalho quando o aluno apresentar seu currículo na busca por um emprego.

É importante que os gestores falem em sala de aula para seus alunos da importância do ENADE, para que haja maior engajamento por parte dos alunos não somente em conseguir uma boa nota, mas para que seja uma proposta de melhor aprendizagem dos conteúdos e também para que esta nota não sirva de *ranking* entre as instituições, mas que ajude a instituição a melhorar suas deficiências em prol da melhoria do Ensino Superior.

Avaliar está implícito tanto nas pretensões de igualdade, quanto de diferenças. A democracia guarda sempre pano de fundo normativo composto de duas dinâmicas complexas: todos são iguais e diferentes e é preciso montar tipo de gerenciamento complexo, não linear, que componha pretensões em confronto, mas passíveis de relativa harmonização (DEMO, 2004, p.112).

Quanto à educação superior no Brasil, desde 1996 realiza-se a avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas por meio da aplicação de um exame nacional, ano esse no qual foi criado o Exame Nacional de Curso (ENC-Provão). Em 2003, após a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, instituiu-se a Comissão Especial de Avaliação (CEA), composta por um grupo de pesquisadores e representantes do MEC, que é um órgão do governo federal do

Brasil, para propor uma nova forma de proceder à avaliação das Instituições de Ensino Superior, tendo em vista as inúmeras críticas ao modelo vigente.

No ano de 2004 o Exame Nacional de Cursos (ENC) foi substituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, e, diferentemente do modelo anterior, passou a combinar componentes relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão, à responsabilidade social, ao desempenho dos alunos, à gestão da instituição, ao corpo docente, às instalações, dentre outros aspectos. Trata-se, portanto, de um modelo mais abrangente e complexo.

Observa-se que a avaliação das Instituições de Ensino Superior passa a cumprir um importante papel como instrumento de monitoramento da qualidade educacional, na medida em que combina os resultados de desempenho dos estudantes com a autoavaliação institucional e a avaliação externa, realizada por especialistas, conforme prevê as orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Entretanto, outras finalidades também passaram a ser atribuídas às avaliações das Instituições de Ensino Superior, como por exemplo, a responsabilização dos gestores e dos docentes pelos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e conseqüentemente, nos conceitos gerais obtidos pelos cursos e pelas Instituições de Ensino Superior.

Pode-se avaliar não só a produção acadêmica publicada, mas igualmente ouvir os alunos, funcionários, professores, diretores, para formular uma ideia da qualidade formal e política desta comunidade e aquilatar até que ponto se trata de comunidade profissional de aprendizagem. Ainda, a avaliação externa não precisa restringir-se a um grupo de pares. Este grupo poderia estar mesclado com outras figuras, e mesmo ser constituído de "outras figuras" não necessariamente acadêmicas, não para julgar a qualidade acadêmica, mas social do curso ou da própria universidade. (DEMO, 2004, p. 127-128).

Quanto ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), teve início a partir de 2004, tendo subjacente a ele a ideia de que em cada escola existe uma possibilidade diferenciada. A partir desta concepção, buscou-se estabelecer pontos que pudessem ao mesmo tempo atender o sistema como um todo e as peculiaridades de cada Instituição de Educação Superior. Assim, a

avaliação deveria contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das Instituições de Ensino Superior e dos cursos a ela vinculados. Dentro desta concepção, é fundamental o reconhecimento da diversidade e o respeito à identidade.

Segundo Dias Sobrinho (2000, p. 84), “A avaliação institucional é um instrumento valioso para o conhecimento das formas e dos modos da formação cidadã, bem como carrega em seu próprio processo as condições e possibilidades para o exercício real da cidadania”.

Tratando-se do campo educacional, a avaliação quando concebida como um processo dinâmico pode ser usada como referencial para que as Instituições de Educação Superior disponham de evidências empíricas, não apenas de suas debilidades, mas também de suas potencialidades e de suas realizações. Conhecendo e dando a conhecer os elementos que integram e interagem em cada Instituição de Ensino Superior, é possível transformá-la em direção às metas almejadas, organizando a instituição de modo que esta atue e forme profissionais engajados e comprometidos com uma sociedade em constante mudança.

De acordo com o artigo 5º da Lei n. 10.861/2004, no parágrafo 1º e 8º está demonstrando que:

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento. (BRASIL, 2004).

Conforme relatado nos parágrafos 1º e 8º da Lei n. 10.861/2004, define-se como se realiza a avaliação dos estudantes dos cursos de graduação por meio da aplicação do ENADE, que tem o objetivo de aferir o desempenho dos estudantes quanto aos conhecimentos dos componentes curriculares cobrados nas provas e o desempenho é ordenado em nível de zero a cinco.

Também o artigo 2º da Lei n. 10.861/04, de 14 de abril de 2004, estabelece que, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e do desempenho dos estudantes, deverá ser assegurado o caráter público de todos os processos avaliativos, o respeito à identidade e à diversidade, e a garantia de participação de todos os segmentos envolvidos: corpo docente, discente, técnico-administrativo e também representante da sociedade civil.

De acordo com o art. 2º do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), ao promover a avaliação de instituições, de cursos e do desempenho dos estudantes, deverá se assegurada a:

- I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
- IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações. (PLANALTO, 2004).

A lei estabeleceu também que serão os resultados da avaliação de instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes que constituirão o referencial básico dos processos de regulação e de supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação do credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior compreende os seguintes componentes que, por sua vez, apresentam um conjunto de subcomponentes: Avaliação Institucional e autoavaliação (pelas CPAs e avaliação externa *in loco*), desenvolvida pelos avaliadores institucionais capacitados pelo INEP nos moldes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

O ENADE é composto por prova que é um diagnóstico de competências e habilidades, realizado pelos estudantes do final do primeiro ano (ingressantes) e pelos concluintes do curso de graduação, quanto aos conteúdos recebidos em sala de aula para formação acadêmica e algumas perguntas quanto à percepção do

aluno sobre a prova, o questionário de Avaliação Discente da Educação Superior (ADES) (antigo questionário socioeconômico) e o questionário dos coordenadores de curso. A visualização do resultado do ENADE é por conceitos que vão de uma escala de 0 a 5 níveis, os alunos que realizarem o ENADE terão sua nota do exame no histórico escolar.

De acordo com os parágrafos 1º e 2º do Art. 3º da Portaria Normativa n. 1, de 29/01/2009, podemos dizer que como estudantes do final do primeiro ano e concluintes do curso de graduação serão considerados:

§ 1º Serão considerados estudantes do final do primeiro ano do curso aqueles que, até o dia 1º de agosto de 2009, tiverem concluído entre 7% (sete por cento) e 22% (vinte e dois por cento), inclusive, da carga horária mínima do currículo do curso da IES.

§ 2º Serão considerados estudantes do último ano do curso aqueles que, até o dia 1º de agosto de 2009, tiverem concluído pelo menos 80% (oitenta por cento) da carga horária mínima do currículo do curso da IES ou aquele estudante que tenha condições acadêmicas de conclusão do curso no ano letivo de 2009.

As concepções e princípios no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior sustentam que a avaliação de curso é articulada à avaliação institucional, e que a avaliação da formação acadêmica e profissional deve ser entendida como uma atividade estruturada que permite a apreciação da qualidade do curso no contexto da realidade institucional. Estes pressupostos acompanham a aceitação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior como elemento norteador das políticas educacionais da educação superior brasileira.

Dessa maneira, segundo Dias Sobrinho (2000, p. 114) é possível ressaltar os pontos mais relevantes da avaliação institucional, que são:

“a) constituição dos agentes ou sujeitos sociais comprometidos com o processo de b) constituição do objeto e correlativamente dos objetivos, c) estabelecimento dos critérios, normas, metodologia e instrumentos que implicam na d) produção dos juízos de valor e dos dispositivos para a transformação das realidades avaliadas”.

Com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e a vinculação que existe em torno dos eixos que sustentam o sistema, o Projeto Político Pedagógico dos cursos de graduação passou a ser discutido segundo a

ideia de que os vários segmentos que atuam nas Instituições de Ensino Superior (IES) são os mais indicados para construir o projeto.

Para a realização do ENADE nos cursos de graduação é necessário que as Instituições de Ensino Superior façam o cadastro dos estudantes habilitados, posteriormente serão selecionados pelo INEP. No art. 4º e 5º Portaria Normativa n. 1, de 29 de janeiro de 2009 está fundamentando sobre a inscrição dos estudantes.

Art. 4º O INEP enviará, até o dia 29 de maio de 2009, as instruções e os instrumentos necessários ao cadastramento eletrônico dos estudantes habilitados aos dirigentes das IES que oferecem as áreas e cursos superiores em tecnologia referidos no art. 1º, conforme cadastro do SIEdSup.

Art. 5º Os dirigentes das IES são responsáveis pela inscrição de todos os estudantes habilitados ao ENADE 2009 e deverão devolver ao INEP, no período de 29 de junho a 31 de agosto de 2009, os instrumentos mencionados no artigo anterior, devidamente preenchidos com os dados cadastrais dos seus estudantes.

A proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior é oferecer bases epistemológicas do sistema de avaliação. Pois são práticas recentes e os resultados das avaliações estão atrelados à expansão do setor privado mercantil, essa expansão foi motivada tanto pela qualidade quanto pelos recursos de poder da arena na qual estão situados seus mantenedores.

Conforme Portaria n. 125/2009, do INEP, o ENADE é um instrumento de avaliação, realizado por uma prova composta de 40 questões no total, podendo ser respondida em até 4 (quatro) horas, contemplando a avaliação do componente de formação geral comum aos cursos de todas as áreas e um componente específico da área de Ciências Contábeis.

Por conseguinte, o curso de Ciências Contábeis da Universidade comunitária no norte do Rio Grande do Sul é de modalidade presencial, que contribui no desenvolvimento da região de abrangência da universidade, por estar sempre atento às mudanças da legislação, permanece atualizado, tal como ocorre agora, face às últimas mudanças na legislação contábil, das sugestões emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, bem como das contribuições emanadas do Núcleo Docente Estruturante (NDE), de cada uma das unidades.

Nesse contexto, “o curso de Ciências Contábeis foi o quinto curso a ser implantado nessa instituição, o qual teve autorização para funcionamento em 1985. Desde então vem oferecendo a possibilidade de ingressar em uma atividade em expansão, visto que nos últimos cinco anos, face às mudanças e adequações, em nível mundial, o número de vagas para contadores aumentou consideravelmente conforme consta no seu Projeto Pedagógico” (RESOLUÇÃO n. 2289/CUN/2017).

A construção do Projeto Político Pedagógico do Curso deve ser de modo que contemple o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil profissional dos concluintes e tudo quanto se refira ao desenvolvimento do curso, obedecidas as diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação.

A principal característica do Projeto Pedagógico é a construção coletiva, buscando adequar os elementos presentes nas Diretrizes Curriculares do Curso (DCN) ao contexto no qual se insere. Sendo assim, o Projeto Pedagógico resulta da construção coletiva.

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis tem na sua organização curricular conteúdos que revelam o conhecimento do cenário econômico e social, especialmente, da Região de abrangência da Universidade em estudo, o qual se destina à formação de profissionais da educação superior como contadores. O Bacharel em Ciências Contábeis será um profissional formado para assumir o papel de contador em várias áreas, mediante registro profissional obtido junto ao CRC, conforme Resolução n. 1.389, de 30 de março de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade, com base no art. 12 da Lei Complementar n. 12.249, de 2010, que institui a obrigatoriedade do exame de suficiência na área contábil, tanto no campo empresarial público ou privado, como em órgãos públicos, em associações, fundações, públicas ou privadas, ou em atividades autônomas.

Quanto à estrutura acadêmica e a proposta pedagógica foram elaboradas a partir da legislação vigente, emanada do CNE/CES/MEC, ou seja, de Diretrizes, Pareceres e Resoluções para os Cursos de Ciências Contábeis, bem como dos Conselhos Federal de Contabilidade e Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul.

Em seu art. 5ª, a resolução CNE/CES n. 10, determina como deve ser o projeto pedagógico e a organização curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, para que seus conteúdos revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observando o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação: I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística; II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado; III - conteúdo de Formação Teórico-prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

Um ponto importante é que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) orientam a formulação dos projetos políticos pedagógicos (PPP) e são propulsoras em nortear as avaliações nacionais em larga escala na formulação dos conteúdos do ENADE. Toda avaliação precisa ser norteadada por uma base segura e teórica, delimitada como deve ser elaborada quanto a sua forma e periodicidade de aplicação, correção e interpretação dos seus resultados.

As disciplinas oferecidas respectivamente na grade curricular no ano de 2017 do curso de Ciências Contábeis da Universidade comunitária no norte do Rio Grande do Sul são as seguintes: Contabilidade II, Direito de Empresa, Sociologia Geral, Matemática Financeira, Teorias Organizacionais, Contabilidade de Custos, Contabilidade IV, Administração da Produção, Direito Tributário, Comportamento Organizacional, Administração Financeira, Contabilidade Setorial (rural e cooperativa), Contabilidade Pública, Contabilidade e Planejamento Tributário, Laboratório II, Administração Financeira, Tópicos Contemporâneos de

Contabilidade, Libras Língua Brasileira de Sinais, Elaboração e Análise de Projetos, Auditoria Contábil II-A, Prática Profissional.

Com o oferecimento das disciplinas acima relatadas e a preocupação constante dos docentes em oferecer um ensino de qualidade, o curso de Ciências Contábeis acaba consolidando sua relação com a região de abrangência da Universidade e proporcionando uma formação de profissionais em nível superior, habilitados à prática de pesquisas significativas para o cenário contemporâneo, e projetos de extensão voltados às demandas do contexto. Além disso, contribui para a educação continuada dos profissionais da área, por meio da oferta de cursos de pós-graduação em nível *Lato Sensu*, garantindo, não apenas um profissional de melhor qualidade no mercado, mas a constante construção/reconstrução do conhecimento, visando sua aplicação na melhoria progressiva das condições de vida do coletivo e do desenvolvimento local e regional.

As instituições estruturam seus PPPs para cada curso, conforme as normatizações das respectivas áreas de nível superior e devem planejar o currículo conforme as necessidades dos alunos e até mesmo das necessidades regionais. Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) têm o objetivo de propor planejamentos com as principais ideias, elementos, estruturas curriculares e organizacionais de um curso de graduação.

De acordo com Dias Sobrinho (2003, p. 28), “O currículo passa a ser concebido por uma importante corrente como um projeto pedagógico e como tal incorpora as dimensões mais amplas e dinâmicas do fenômeno educativo. A avaliação, por sua vez, busca dar conta da multiplicidade das significações, para isso tendo que utilizar também uma pluralidade de metodologias”.

Assim, não é diferente nas instituições que oferecem o curso superior de ciências contábeis, elas devem atualizar seus currículos conforme as alterações das leis, das normas e da globalização, para que os alunos tenham um ensino adequado quanto às exigências do mercado de trabalho que vão enfrentar depois de formados.

O termo globalização aqui empregado, para Amabile (2013, p. 239), significa “O aparecimento de novos produtos, a massificação de tecnologias, a acessibilidade a informações das partes mais distantes do planeta [...]”.

Por conseguinte, o art. 3º, nos incisos I, II, III da Resolução CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais), refere-se que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação. (RESOLUÇÃO CNE/CES 10, 2004, p. 2).

Os cursos superiores têm por função desenvolver plenamente o potencial dos estudantes a partir de suas habilidades, levando-os a adquirir as competências profissionais necessárias para atuar em um mundo em constante transformação. Dando sequência a este trabalho, o próximo capítulo tratará sobre os procedimentos metodológicos, que estarão distribuídos nos seguintes subcapítulos: delineamento da pesquisa, procedimentos, coleta dos dados e análise dos dados.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo são abordados os procedimentos metodológicos adotados na elaboração da pesquisa, considerando o delineamento da pesquisa, procedimentos, coleta dos dados, análise dos dados e também das limitações do método.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa aqui desenvolvida é de abordagem quali-quantitativa, por se tratar de uma análise de dados na qual o pesquisador busca compreender as características e as estruturas. Levando em consideração que, para Godoy (1995, p. 23), “[...] a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”.

A pesquisa apresenta elementos qualitativos e quantitativos, provenientes dos relatórios resultantes das aplicações do ENADE, os quais foram utilizados para análise nesta presente dissertação. Portanto, a pesquisa aqui apresentada é bibliográfica e documental, pois além da revisão na literatura, recorreu-se ao uso de documentos que estão disponíveis para acesso ao público em geral. Segundo Godoy (1995, p. 21) “O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental”.

4.2 PROCEDIMENTOS

A realização deste trabalho nestes respectivos anos das provas do ENADE deu-se, primeiramente por ser no ano de 2006 que ocorreu a primeira prova no curso de ciências contábeis nas universidades brasileiras, sendo a aplicação trienal as próximas ocorreram nos anos 2009, 2012 e no ano 2015 foi a última aplicação antes de ser iniciado este trabalho de dissertação, os dados encontram-se

disponíveis no endereço eletrônico do INEP. A aplicação do ENADE também ocorreu neste ano de 2018 nos cursos de ciências contábeis, porém os dados ainda não estão disponíveis, motivo que excluiu este último ano da pesquisa.

A consulta dos materiais foi realizada no período de 02 de Janeiro a 30 de Julho de 2018, também neste período realizaram-se os *downloads* das provas do ENADE do curso de ciências contábeis dos anos 2006, 2009, 2012 e 2015. Após os *downloads* das provas passou-se para a elaboração dos quadros discriminando as áreas de conhecimento cobrados nas provas para posterior comparação com o Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis da Universidade situada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Marconi (2010, p. 149) considera essa etapa da pesquisa, “[...] cansativa e extensa que toma, quase sempre, mais tempo do que se espera, exigindo do pesquisador, paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior”.

4.2.1 Coleta dos dados

O presente trabalho foi realizado com as informações contidas nos Bancos de Dados do ENADE dos anos de 2006, 2009, 2012 e 2015 disponibilizados no site do INEP. Essas provas são de domínio público. Ressalta-se que a pesquisa feita nesse banco de dados aconteceu em janeiro de 2018 (época em que o banco foi obtido).

Esta pesquisa é bibliográfica e documental por se tratar de uma análise comparativa entre as provas do ENADE disponibilizadas no site do INEP, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Projeto Pedagógico da universidade comunitária, sem interferi-los ou modificá-los. Pois, buscou-se identificar quais as áreas de conhecimento e os assuntos específicos avaliados pelo ENADE no curso de Ciências Contábeis, dos anos de 2006, 2009, 2012 e 2015. Por serem dados públicos, não foi necessária a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), tampouco da instituição de ensino superior.

O acesso dos dados no site oficial do governo foi realizado e tabulado com a intenção de identificar os conteúdos avaliados em cada área de conhecimento das

provas do ENADE no período em questão. A seguir os documentos e os materiais utilizados, que foram os propulsores do suporte e embasamento na concretização desta pesquisa, foram detalhados.

4.2.2 Análise dos dados

Para a concretização desta pesquisa de dissertação, realizou-se a análise dos dados pelo viés da análise de conteúdo, a qual está organizada em três fases: a) a pré-análise; b) a exploração do material; e c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. No entanto, nesta dissertação as duas primeiras fases foram empregadas na análise. Para Bardin (1977, p. 44), “[...] a análise de conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares”.

A pré-análise é a fase da organização dos documentos, a formulação das hipóteses e a elaboração final dos indicadores que ajudam na interpretação. A exploração do material se trata de um trabalho feito manualmente, consiste em operações de codificações¹¹ e é considerada uma etapa longa e cansativa, na qual será feita a análise propriamente dita, sendo necessário manter uma ordem de classificação e enumeração.

Segundo Bardin (1977, p. 44), “A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens”. Nessa perspectiva, o pesquisador faz a análise sobre os resultados fiéis e significativos propondo adiantar interpretações futuras ou descobertas inesperadas que lhe ajudem a construir o seu trabalho com um ótimo embasamento.

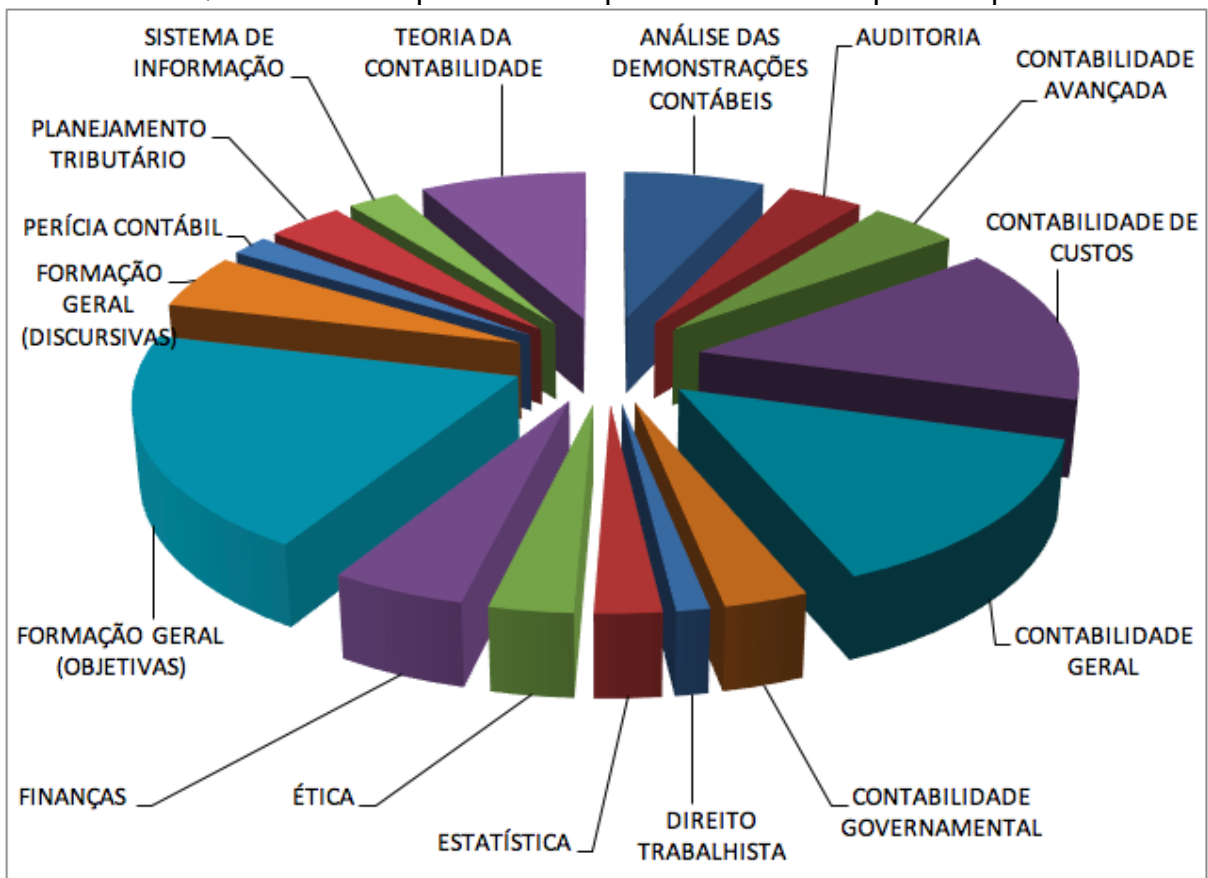
¹¹ A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse capítulo são apresentados os dados obtidos da análise nas provas do ENADE realizadas no curso de Ciências Contábeis dos anos 2006, 2009, 2012 e 2015, identificando as áreas de conhecimento quanto aos componentes curriculares e assuntos específicos, para relatar que relações podem ser estabelecidas com a Resolução n. 2289/CUN/2017 (Projeto Político Pedagógico) do curso de Ciências Contábeis da Universidade comunitária do noroeste do Rio Grande do Sul e a Resolução CNE/CES n. 10, de 16/12/2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais).

No Gráfico 04 está representada a quantidade de questões em cada disciplina avaliada nas provas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes no curso de ciências contábeis nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015.

Gráfico 04 – Quantidade de questões das provas do ENADE por disciplina.



Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base nas provas do ENADE de 2006, 2009, 2012 e 2015.

De acordo com o Gráfico 04, a quantidade de questões por disciplinas nas provas do ENADE nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015 está assim representada: Formação Geral Objetivas (32), Formação Geral Discursiva (08), Perícia Contábil (03), Planejamento Tributário (06), Sistema de Informação (04), Teoria da Contabilidade (13), Análise das Demonstrações Contábeis (11), Auditoria (06), Contabilidade Avançada (07), Contabilidade de Custos (23), Contabilidade Geral (23), Contabilidade Governamental (05), Direito Trabalhista (02), Estatística (04), Ética (05) e Finanças (08).

Segundo o INEP (2006), a primeira parte da prova do ENADE no ano 2006 do curso de ciências contábeis é composta de oito (08) questões objetivas de múltipla escolha e duas (02) discursivas, com o objetivo de investigar a aquisição de competências, habilidades e conhecimentos considerados essenciais na formação de qualquer estudante de qualquer área da Educação Superior. A segunda parte, composta de questões objetivas de múltipla escolha e discursivas, contemplou a especificidade de cada área, tanto no domínio dos conhecimentos quanto nas habilidades esperadas para o perfil profissional. Buscou investigar os conteúdos do curso por meio da exploração de níveis diversificados de complexidade.

Conforme parágrafo 2º e 3º da Portaria Inep n. 125, de 24 de junho de 2009:

No componente de Formação Geral, serão verificadas na prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) 2009 as capacidades de: I - ler e interpretar textos; II - analisar e criticar informações; III - extrair conclusões por indução e/ou dedução; IV - estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; V - detectar contradições; VI - fazer escolhas valorativas avaliando conseqüências; VII - questionar a realidade; VIII - argumentar coerentemente. Já no parágrafo 3º, no componente de Formação Geral, os estudantes deverão mostrar competência para: I - propor ações de intervenção; II - propor soluções para situações-problema; III - elaborar perspectivas integradoras; IV - elaborar sínteses; V - administrar conflitos.

Nas provas do ENADE realizadas nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015 no curso de Ciências Contábeis, foram inseridas questões relacionadas com a resolução CNE/CES n. 10. Ao analisar as provas foi possível constatar que as questões de contabilidade de custos e contabilidade geral possuem vinte e três (23) questões cada uma, na sequência da análise foi possível perceber que a disciplina de Teoria da Contabilidade se apresentou com treze (13) questões e a disciplina de

Análise das Demonstrações Contábeis se apresenta com onze (11) questões, sendo assim, essas disciplinas são as que apresentam maior ênfase nas provas do ENADE 2006, 2009, 2012 e 2015. E as questões de menor ênfase foram as de direito trabalhista com duas (02) questões e de perícia contábil com três (3) questões.

Quadro 03 – Estrutura das disciplinas referentes as Diretrizes Curriculares Nacionais quanto a formação.

Conteúdos de Formação Básica	Administração Economia Direito Métodos Quantitativos Matemática Estatística
Formação Profissional	Teorias da Contabilidade Atividades atuariais Informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais Auditorias Perícias Arbitragens Controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado
Formação Teórico-Prática	Estágio Curricular Supervisionado Atividades Complementares Estudos Independentes Conteúdos Optativos Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base na Resolução CNE/CES nº 10 (Diretrizes Curriculares Nacionais).

O Quadro 03 apresenta a estrutura das disciplinas que estão referenciadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais com sua divisão por conteúdos de formação básica, profissional e teórico-prática. Quanto a formação básica são quatro (04) disciplinas que compõem: Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística. As disciplinas quanto a formação profissional são: Teorias da Contabilidade, Atividades atuariais, Informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, Auditorias, Perícias, Arbitragens e a Controladoria com suas aplicações peculiares ao setor público e privado. E as disciplinas de formação teórico-prática são: o Estágio Curricular Supervisionado, as Atividades

Complementares, os Estudos Independentes, os Conteúdos Optativos e a Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

Após análise realizada nas disciplinas cobradas nas provas do ENADE dos anos 2006, 2009, 2012 e 2015 e em seguida comparando com as disciplinas dispostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nota-se que há algumas disciplinas que tem a mesma nomenclatura, tais como: Perícia Contábil, Teoria da Contabilidade, Auditoria e Estatística. Já as disciplinas de Planejamento Tributário, Sistema de Informação, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Avançada, Contabilidade de Custos, Contabilidade Geral, Contabilidade Governamental, Direito Trabalhista, Ética e Finanças, que foram cobradas nas provas do ENADE nos anos em análise, possuem relação com as disciplinas dispostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, mesmo não tendo a mesma nomenclatura, apresentam semelhança.

Por conseguinte, a Resolução CNE/CES n. 10, de 16/12/2004, no Art. 1º, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior. Já no Art. 2º destaca que as Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para os cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico. Nesse sentido, no Quadro 04 estão demonstradas as disciplinas que constituíam o Projeto Político Pedagógico, no ano de 2017, do curso de Ciências Contábeis.

Quadro 04 – Disciplinas referentes ao Projeto Político Pedagógico 2017 do curso de Ciências Contábeis.

Teorias Organizacionais	Contabilidade IV
Administração da Produção	Contabilidade de Custos
Administração Financeira	Análise de Custos
Marketing Geral e de Serviços	Contabilidade e Planejamento tributário I
Elaboração e Análise de Projetos	Análise das Demonstrações Contábeis
Planejamento e Orçamento empresarial	Teoria Geral da Contabilidade
Mercado de Capitais	Contabilidade Pública
Teoria Econômica	Contabilidade Setorial
Direito Trabalhista e Previdenciário	Contabilidade e Planejamento Tributário II
Direito Empresarial	Contabilidade Gerencial
Direito Tributário	Análise de Investimentos A
Matemática Básica	Auditoria Contábil I
Matemática Financeira	Auditoria Contábil II A
Estatística	Tópicos Contemporâneos de Contabilidade
Contabilidade I	Perícia Contábil
Contabilidade II	Sistemas de Informações Contábeis
Contabilidade III	

Fonte: Resolução n. 2289/CUN/2017(Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis). Quadro elaborado pela autora.

No Quadro 04 estão relacionadas às disciplinas do Projeto Político Pedagógico do ano 2017, do curso de ciências contábeis, da Universidade estudada, após análise e comparação com as disciplinas cobradas no ENADE 2006, 2009, 2012 e 2015 é possível constatar que existe igualdade entre ambas, considerando as disciplinas de: Planejamento Tributário, Sistema de Informação, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade de Custos e Contabilidade geral.

Conforme destaca o Projeto Político Pedagógico de 2017, o mesmo

[...] pode ser entendido como um instrumento balizador para o fazer universitário, conhecido coletivamente no âmbito do curso. Ao constituir-se, enseja a construção da internacionalidade para o desempenho do papel social do curso, promovendo articulação entre ensino, pesquisa, extensão, avaliação, gestão e articulação direta com a Pós-Graduação. O projeto gestado baliza-se pelo momento vivido, pela prospecção do futuro e pelas necessidades que circundam a formação dos acadêmicos e, por consequência, a formação técnica para o exercício do Bacharel em Ciências Contábeis.

Após a análise realizada, comparando as provas do ENADE nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015 com o Projeto Político Pedagógico e as Diretrizes Curriculares

Nacionais foi possível constatar quais as disciplinas estão contempladas e apresentam ou não relação entre a legislação e a prática. Essa constatação pode ser observada a partir do Quadro 05.

Quadro 05 – Disciplinas que se relacionam no ENADE, no Projeto Político Pedagógico e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

ENADE	PPP	DCN
PERÍCIA CONTÁBIL	X	X
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	X	-
SISTEMA DE INFORMAÇÃO	X	-
TEORIA DA CONTABILIDADE	X	X
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	X	-
AUDITORIA	X	X
CONTABILIDADE AVANÇADA	X	X
CONTABILIDADE DE CUSTOS	X	-
CONTABILIDADE GERAL	X	-
CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL	X	X
DIREITO TRABALHISTA	X	X
ESTATÍSTICA	X	X
ÉTICA	X	X
FINANÇAS	X	X

Fonte: Provas do ENADE, Projeto Político Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais. Quadro elaborado pela autora.

A primeira coluna do Quadro 05 apresentam as disciplinas contempladas nas provas do ENADE que foram aplicadas nos anos em estudo, a segunda mostra quais destas disciplinas constam no PPP da instituição e a terceira aponta as disciplinas exigidas na prova e que compõem as DCNs. As disciplinas das provas que foram contempladas no PPP e nas DCNs estão marcadas com “X”, já as que não foram contempladas estão representadas pelo “-”. Para fins de esclarecimento, as disciplinas consideradas relacionadas são aquelas que têm a mesma nomenclatura nas provas, no PPP e nas DCNs, ou cuja ementa demonstra trabalhar com temas relacionados.

A partir do Quadro 05, é possível observar que as disciplinas cobradas nas provas do ENADE relacionadas somente com o Projeto Político Pedagógico são: Planejamento Tributário, Sistema de Informação, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade de Custos e Contabilidade Geral.

A disciplina “Sistema de Informação”, em sua ementa prevê a discussão de temas relacionados a Sistemas de informações: fatores críticos; evolução dos sistemas de informação; teoria e análise de sistemas; tecnologia de informações; segurança e gastos com informática; definição dos elementos do sistema de informação contábil e do sistema de informações econômico-financeiro; determinação dos subsistemas; limites, recursos e administração; modelo geral de um sistema de informações econômico-financeiras; seminários sobre sistemas contábeis nos diversos ambientes organizacionais (microcomputadores, redes, computadores de médio e grande porte); características dos sistemas de informações contábeis avançados: *online* e tempo real, banco de dados, moedas, correção monetária integral, automatização de rateios, integração com outros sistemas e com o chão de fábrica; implantação e avaliação dos sistemas de controle interno no ambiente computacional; auditoria computacional; análise de sistemas de *design*; potencial do sistema de informação contábil como suporte a decisões; aspectos comportamentais e políticos no desenvolvimento de sistemas.

Segundo Oliveira Neto (2001, p. 60), é possível citar a época que a disciplina passou a ser importante para o curso de ciências contábeis. Conforme o autor, em 1984 e 1994 aconteceram as duas últimas reformas do Currículo de Ciências Contábeis no nosso país. “[...]. A primeira não incluía qualquer disciplina de Informática ou Sistema de Informação nos cursos de Contabilidade. A reforma de 1994 incluiu o curso de Informática como disciplina da grade curricular”.

A disciplina “Contabilidade Geral”, em sua ementa prevê a discussão de temas relacionados à função da contabilidade; campo de aplicação e usuário da contabilidade; especialidades e mercado de trabalho do contador; a representação contábil na empresa; os relatórios contábeis; a contabilidade como instrumento de gestão empresarial; estática e dinâmica patrimonial; fatos contábeis; procedimentos contábeis: contas, livro diário e razão; método das partidas dobradas, mecanismo do débito e do crédito; lançamentos, balancete de verificação e apuração de resultado; balanço patrimonial e demonstração do resultado estruturado de forma simplificada.

Portanto, a disciplina de “Contabilidade Geral” tem sua significativa importância, pois apresentam quais são os campos de atuação do contador, demonstra as aplicações e entradas de recursos de uma empresa, estuda a

movimentação do patrimônio, o controle e a mensuração. É nessa disciplina que se estuda a tomada de decisão de forma contabilmente dentro de um ambiente empresarial.

A disciplina “Contabilidade de Custos”, em sua ementa prevê a discussão de temas relacionados à introdução à contabilidade de custos; integração entre contabilidade de custos, contabilidade financeira e contabilidade gerencial; terminologia contábil e implantação de sistemas de custos; fluxo operacional e sistêmico dos eventos empresariais; visão sistêmica de custos; custos para valoração de estoques e apuração do resultado; princípios contábeis aplicados a custos; classificações e nomenclaturas de custos; esquema básico da contabilidade de custos; departamentalização; custos diretos de produção: materiais diretos (controle e valoração) e mão de obra direta (controle e valoração); custos indiretos de fabricação: critérios de rateio; contabilização dos custos de produção, o custo do produto vendido e a demonstração de resultado; aplicação dos custos indiretos de fabricação; sistemas de acumulação de custos: por ordens/encomendas, por processo/contínuo; custeamento da produção conjunta; aspectos fiscais relativos à avaliação de estoques.

Como pode ser observado, a disciplina “Contabilidade de Custos” tem o objetivo de preparar o egresso sobre o método de custeio, ressalta e conscientiza a importância da disciplina, é reconhecida por ser uma disciplina que estuda os instrumentos de planejamento, controle e gerenciamento. Essa disciplina ainda tem o intuito de formar profissionais críticos, proativos e preocupados com o desenvolvimento da sociedade e das organizações.

A disciplina “Análise das Demonstrações Contábeis”, em sua ementa prevê a discussão de temas relacionados à reparação das demonstrações contábeis para análise e suas limitações; coeficientes, índices e quocientes; análise vertical e horizontal; análise da estrutura de capital; análise de liquidez e solvência; análise de atividade ou rotação; análise de rentabilidade e de produtividade; análise da demonstração do fluxo de caixa, da demonstração de origens e aplicações de recursos e da demonstração das mutações do patrimônio líquido, como instrumento

auxiliar da análise de balanços; integração das técnicas de análise; diagnósticos econômico financeiros; valor econômico agregado (EVA¹²).

Desta forma, a disciplina “Análise das Demonstrações Contábeis” ajuda para a formação do contabilista no mercado globalizado, onde existe um mundo de negócios, sendo que os gestores estão cada vez mais exigentes e precisam de informações úteis e tempestivas para reagir frente a necessidade de tomar decisões.

A disciplina “Planejamento Tributário”, em sua ementa prevê a discussão de temas relacionados à visão da prática dos principais tributos incidentes sobre a receita operacional bruta das organizações; visão prática dos principais impostos das empresas: ICMS, IPI E ISS; livros fiscais; escrituração e apuração dos impostos; documentos fiscais relacionados a esses impostos; economia de impostos e racionalização de procedimentos tributários; casos práticos sobre planejamento tributário; casos polêmicos; contencioso tributário; principais tributos questionados judicialmente; medidas judiciais cabíveis e seus efeitos.

Os egressos do curso de ciências contábeis precisam aprender sobre o “Planejamento Tributário”, pois as empresas estão cada vez mais competitivas e dessa forma é feito a redução da carga tributária de forma lícita. Com essa disciplina estuda-se a prestação de contas ao fisco, como é feito o cálculo dos impostos, taxas sobre a receita operacional bruta das organizações.

Foi possível verificar que as provas do ENADE nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015 cobraram duas disciplinas/conteúdos que não estão com a mesma nomenclatura, mas fazem parte do conteúdo programático do Projeto Político Pedagógico do referido curso, e que também estão contempladas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, são: Contabilidade Governamental e Ética.

Além das disciplinas já mencionadas e discutidas a partir de suas ementas, outras sete ainda merecem destaque, pois as mesmas foram cobradas nas provas dos anos já referidos do ENADE e estão contempladas, tanto no Projeto Político Pedagógico, quanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, são elas: Perícia Contábil, Teoria da Contabilidade, Auditoria, Contabilidade Avançada, Direito Trabalhista, Estatística e Finanças. Sendo assim, a seguir estão destacados os principais temas abordados, conforme as ementas das disciplinas.

¹² *Economic Value Added.*

A disciplina “Perícia Contábil”, em sua ementa prevê a discussão de temas relacionados ao conhecimento das normas, do regulamento e da legislação do perito; fundamentos e serviços de perícia contábil; o exercício e a ética profissional do perito; provas e laudo pericial. A disciplina “Estatística”, em sua ementa trás sobre às variáveis em estatística; representação tabular e gráfica de dados estatísticos; medidas de tendência central e de variabilidade; introdução à probabilidade; distribuição normal; correlação e regressão linear; estimação pontual e intervalar para a média e a proporção; testes de significância para a média; utilização de programas estatísticos.

As disciplinas “Perícia Contábil” e “Estatística” oferecem ajuda significativa para a formação do contador. A primeira oferece profundo conhecimento sobre o papel do Perito, sobre os documentos a serem utilizados para desempenhar seu trabalho e também se estuda sobre as normas e leis voltadas a profissão do Perito Contador. Enquanto com a segunda é possível adquirir conhecimentos acerca de variáveis estatísticas, aprende-se a tabular dados, calcular a probabilidade e distribuição.

A disciplina “Teoria da Contabilidade” em sua ementa discorre sobre a evolução da contabilidade; objetivos da contabilidade; princípios fundamentais de contabilidade; postulados, princípios e convenções contábeis; normas internacionais de contabilidade (IASB, FASB); definição e critérios de avaliação de ativos e passivos; formas de configuração do patrimônio líquido; receitas, despesas, perdas e ganhos; evidenciação; relação da teoria com a prática contábil; metodologias e enfoques da pesquisa contábil; perspectivas da contabilidade.

Por conseguinte, é fundamental destacar que a disciplina “Teoria da Contabilidade” oferece um bom embasamento para a formação do contador sendo que, oferece conhecimento sobre a história e evolução da contabilidade, os princípios e normas (nacionais e internacionais) que regem a contabilidade, a definição dos critérios de apuração e evidenciação da mesma.

A disciplina “Finanças” prevê abordar temas relacionados aos objetivos e as funções de administração financeira; investimentos em ativos e critérios de aceitação; políticas de financiamento e dividendos; financiamento em longo prazo; sistema financeiro. A disciplina “auditoria”, por sua vez, traz à introdução aos

conceitos, os objetivos e a evolução histórica da auditoria; auditoria interna e externa; órgãos reguladores; normas profissionais e técnicas; perícia x auditoria; formas de auditoria, procedimentos preparatórios para a prestação de serviços; princípios de auditoria; planejamento (plano) da auditoria; controles internos: estudo e avaliação; evidenciação; papéis de trabalho; procedimentos de auditoria; programas de auditoria: disponível, as contas a receber, os estoques, as despesas antecipadas, o realizável em longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o passivo, o patrimônio líquido, o resultado. Também os eventos subsequentes; o parecer de auditoria; a revisão limitada; os tipos de auditoria: auditoria tributária, auditoria operacional, auditoria de sistemas; e a aplicação de métodos quantitativos na auditoria.

As disciplinas “Finanças” e “Auditoria” tem papel fundamental na formação do contador. A primeira oferece noções sobre o sistema financeiro de uma empresa, políticas de financiamento tanto de curto ou longo prazo e critérios de investimento empresarial. Já na segunda estuda-se os princípios, planejamento, avaliação e evidenciação da auditoria e o objetivo dessa disciplina é formar profissionais capacitados a formar opiniões sobre as demonstrações financeiras sobre os princípios da contabilidade.

A disciplina de “Contabilidade Avançada”, em sua ementa prevê a discussão de temas relacionados aos conceitos e a forma de apresentação das demonstrações contábeis; balanço patrimonial; biblioteca digital; demonstração do resultado; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração das origens e aplicações dos recursos; notas explicativas; demonstração do fluxo de caixa; demonstração do valor adicionado.

Conforme descrição acima, a disciplina de “Contabilidade Avançada” trata de um estudo mais aprofundado sobre a contabilidade, passando a ser uma formação sólida de um contador, na qual abordam-se as demonstrações contábeis, balanços financeiros e patrimoniais, elaborar formas para identificar se é concentração ou extinção de sociedade, identificar se é cisão, fusão ou incorporação.

Por fim, a disciplina de “Direito Trabalhista”, designa, em sua ementa, a discussão de temas relacionados à introdução ao direito do trabalho; conceito de trabalho; evolução do ordenamento jurídico de proteção ao trabalho, conceito de

empregado e empregador; áreas de não incidência do direito do trabalho; contrato individual e coletivo do trabalho; obrigações principais e acessórias do contrato de trabalho; serviços terceirizados; alterações e extinção do contrato de trabalho; justa causa, aviso prévio, estabilidade e FGTS; duração da jornada de trabalho; férias e 13º salário; repouso semanal remunerado e feriados; das normas especiais do trabalho: das disposições especiais da tutela do trabalho, da proteção do trabalho da mulher e do menor; acidente de trabalho; processo judiciário do trabalho; seguridade social; medicina e segurança do trabalho.

Para a formação do contabilista é importante que seja estudado além das já citadas acima, também a disciplina de “Direito Trabalhista”, pois estuda as normas e princípios que regem os trabalhadores das empresas, destina saber sobre a proteção, estrutura e desenvolvimento do trabalho e regulamentação dos trabalhadores.

Além destas disciplinas, foi possível fazer também uma análise ao revés, tendo em vista que o PPP do curso analisado oferta, além das já citadas (todas as exigidas nas provas analisadas do ENADE), outras disciplinas, as quais não foram cobradas nas provas do ENADE nos anos de 2006, 2009, 2012 e 2015, são elas: Teorias Organizacionais, Administração da Produção, Administração Financeira, *Marketing* Geral e de Serviços, Elaboração e Análise de Projetos, Planejamento e Orçamento Empresarial, Mercado de Capitais, Teoria Econômica, Matemática Básica, Matemática Financeira, Contabilidade Setorial, Contabilidade Gerencial, Análise de Investimentos, Direito Previdenciário, Direito Empresarial, Direito Tributário e Tópicos Contemporâneos de Contabilidade. Desta forma, demonstrando o interesse da instituição e do curso em capacitar seus discentes para além da prova do ENADE, talvez, visando atender o contexto local no qual esse curso especificamente está inserido, com vistas a preparar seus egressos plenamente para o mercado de trabalho disponível na referida região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da avaliação dos cursos superiores começou no ano de 1977. No ano 1995 foi criado o ENC, através da lei n. 9.131/95; em 1996 ocorreu a introdução do exame e o primeiro ENADE aconteceu no ano 2004. O ENADE é estabelecido por lei, tem por objetivo avaliar a qualidade dos cursos de nível superior quanto aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais e a aplicação é trienal.

Sendo assim, para atender o objetivo geral desta pesquisa de dissertação, após a realização da análise nas provas do ENADE no curso de Ciências Contábeis, dos anos 2006, 2009, 2012 e 2015, foi possível identificar às áreas de conhecimento quanto aos componentes curriculares e os assuntos específicos e também relatar as relações estabelecidas com a Resolução n. 2289/CUN/2017 (Projeto Político Pedagógico) do curso de Ciências Contábeis, de uma universidade comunitária situada no noroeste do Rio Grande do Sul e a Resolução CNE/CES n. 10, de 16/12/2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais).

Além do objetivo geral, os objetivos específicos também foram atingidos, tendo em vista que o segundo capítulo foi destinado ao traçado histórico sobre a educação superior no Brasil e a gênese do curso de Ciências Contábeis nesse contexto. Assim como, o terceiro capítulo foi responsável por conceituar termos relevantes para a pesquisa em questão, como é o caso da avaliação em larga escala e as políticas públicas para a educação superior. Além disso, buscou-se apresentar as concepções do ENADE como política pública de educação e sua relação com as propostas curriculares do Projeto Político Pedagógico de uma universidade comunitária à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais. Ainda, visando atender o último objetivo específico, o quinto capítulo comparou teoricamente as áreas de conhecimento cobradas nas provas do ENADE nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015, do curso de Ciências Contábeis, com os conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Projeto Político Pedagógico, demonstrando a existência de semelhanças entre as mesmas.

Desta forma, é possível concluir, após análise nas provas do ENADE 2006, 2009, 2012 e 2015 quais disciplinas que apresentaram maior número de questões

cobradas: as disciplinas Contabilidade de Custos e Contabilidade Geral, as quais foram aparecerem em vinte e três (23) questões e, na sequência, as disciplinas Teoria da Contabilidade, que se apresenta com treze (13) questões, e Análise das Demonstrações Contábeis, com onze (11) questões. Sendo estas as disciplinas mais representativas no exame nos anos analisados. E a disciplina menos cobrada foi Direito Trabalhista, com apenas duas (2) questões.

É pertinente destacar que as disciplinas Perícia Contábil, Teoria da Contabilidade, Auditoria e Estatística, dispostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, tem a mesma nomenclatura das que foram cobradas no ENADE nos referidos anos. Enquanto, as disciplinas Planejamento Tributário, Sistema de Informação, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Avançada, Contabilidade de Custos, Contabilidade Geral, Contabilidade Governamental, Direito Trabalhista, Ética e Finanças apresentam relação com os conteúdos cobrados nas provas do ENADE nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015 e com as disciplinas dispostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, portanto, não com a mesma nomenclatura, mas com os mesmos (ou semelhantes) propósitos.

Com a análise, foi possível constatar que as disciplinas “Perícia Contábil”, “Teoria da Contabilidade”, “Auditoria”, “Contabilidade Avançada”, “Direito Trabalhista”, “Estatística e Finanças”, cobradas nas provas do ENADE, possuem relação com o Projeto Político Pedagógico do curso e com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Já as disciplinas “Planejamento Tributário”, “Sistema de Informação”, “Análise das Demonstrações Contábeis”, “Contabilidade de Custos” e “Contabilidade Geral”, cobradas nas provas dos referidos anos, estão discriminadas apenas no Projeto Político Pedagógico do ano de 2017 do curso de ciências contábeis da referida universidade.

Desta forma, é possível concluir, que o PPP do curso analisado oferece a base necessária aos discentes para a realização da prova do ENADE. O mesmo oferece uma base curricular que vai além do necessário, demonstrando a preocupação da instituição com a formação de seus alunos e inserção dos mesmos no mercado de trabalho, com vistas na demanda do contexto espacial/regional em que o curso está inserido.

Vale ressaltar ainda que para a realização da pesquisa não ocorreu nenhuma limitação, pois o acesso aos bancos de dados ocorreu normalmente, disponibilizando, assim, um embasamento satisfatório sobre o tema, possibilitando assim, que o objetivo proposto nesta pesquisa fosse alcançado. Por se tratar de um assunto que está em constante questionamento e relevância, é oportuna a continuidade da pesquisa, levando em frente essa preocupação quanto a avaliação dos cursos superiores e das instituições brasileiras. Bem como, fazendo um trabalho de pesquisa com questionário aberto com os egressos do curso de ciências contábeis para explorar a percepção que os mesmos possuem acerca do aproveitamento e da aplicabilidade da prova do ENADE para a sua formação profissional, e uma pesquisa com questionário fechado ao coordenador do curso para levantar informações sobre as disciplinas cobradas nas provas do ENADE e de que forma as mesmas estão sendo trabalhadas em sala de aula.

Além da pesquisa bibliográfica e documental realizada e das constatações feitas a partir da análise dos dados, antes de finalizar este estudo, gostaria de me posicionar (em primeira pessoa), agora não mais como pesquisadora sobre a temática, mas enquanto discente egressa do curso ora analisado. Percebo, enquanto contabilista, que o PPP do curso analisado é capaz de preparar o aluno para ter um bom desempenho nas provas do ENADE, esta preparação é feita pela revisão das provas aplicadas em anos anteriores pelo exame e o professor aplica um simulado com questões das disciplinas que são mais citadas nas referidas provas.

Ainda assim, enquanto egressa do curso e profissional atuante nessa área, tenho que destacar que o Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis analisado oferece melhor preparação para o futuro Contador atuar na área privada, pois se apresenta com maior número de disciplinas voltadas à área privada do que para a área pública. Isso acaba ocasionando o despreparo desse profissional e, conseqüentemente, aumenta a dificuldade de permanência no trabalho e até mesmo na aprovação em concursos públicos.

Por conseguinte, o ENADE além de ter seus objetivos amplos quanto a avaliação da educação superior deixa uma brecha no tocante avaliação da qualidade por ser abrangente, não é apenas com a aplicação desse exame que vai

fazer um levantamento de todos os dados sobre a realidade que se encontra, pois além disso é necessário que seja feita uma visita nas instituições por uma pessoa capacitada para esse fim e que seja realizado entrevista com o coordenador do curso e com os diretores para fazer um diagnóstico geral da situação. Portanto, por ser um exame padronizado, penso que ele não consegue refletir a realidade de muitas instituições, considerando sua regionalidade.

Por fim, como apontado logo na introdução, reitera-se a motivação inicial para realização desta pesquisa foi fazer com que os professores das instituições públicas e privadas de Ensino Superior revejam a forma como estão trabalhando com seus alunos, que busquem aprimoramento na sua profissão. Para que a sociedade também possa aproveitar esse conteúdo para o aprimoramento dos seus conhecimentos, que os professores da Educação Superior utilizem esse material para dar continuidade nos seus trabalhos e estudos referentes à importância da melhoria da qualidade educacional, enquanto construtores de um futuro melhor e que os alunos utilizem como embasamento para a construção de seus trabalhos acadêmicos e nas pesquisas referentes à avaliação em larga escala.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha; CASTRO, Carmen Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. 2.ed. Barbacena: EDUEMG, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, Adriana. **Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate**. São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez. 2015.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases de 1961 - **Lei nº 4.024, de 20 de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/.../lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>. Último acesso: 06 nov. 2018.
- BRASIL. **SINAES**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao>. Último acesso em: 20 abr. 2017.
- BUDA. Frases de Buda. Disponível em: <https://www.pensador.com/buda frases/2/>. Último acesso: 28 Dez. 2018.
- CAMPOS, Valter Gomes. **Avaliação da educação superior: repercussões do Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia da UniEvangélica**. 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.
- DEMO, Pedro. **Universidade, aprendizagem e avaliação: horizontes reconstrutivos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reforma da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.
- FERREIRA, Cleia Simone; SANTOS, Everton Neves dos. Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **LABOR**, n. 11, v. 1, 2014, p. 146-159. Disponível em: <http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/9 POLITICAS PUBLICAS EDUCACIONAIS.pdf>. Último acesso em: 14 jan. 2017.
- FERREIRA, Mônica Aparecida. **Determinantes do desempenho discente no ENADE em cursos de Ciências Contábeis**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em

Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

IBGE. **Portal do IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Último acesso em: 01 set. 2018.

INEP. **Relatórios Síntese – 2006**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/relatorios>. Último acesso em: 21 set. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 4. ed., 2. reimpr.. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Durmeval Trigueiro. **Ensaio sobre educação e universidade**. Brasília: INEP, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. **O ensino superior no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Suéllen Cristina Vaz de. **Avaliação do desempenho docente: o curso de Educação física**. Uberaba, 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2014.

OLIVEIRA NETO, José Dutra. Os cursos de Ciências Contábeis no Brasil e o Conteúdo das Disciplinas de Sistemas de Informação: A visão Acadêmica versus a Necessidade Prática. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**, São Paulo, FIPECAFI, v. 16, n. 27, p. 59- 65, setembro/dezembro 2001.

PALÁCIOS, Antônio. **CRCRS: 70 anos ao lado dos profissionais da contabilidade e da sociedade gaúcha**. Porto Alegre: CRCRS, 2017.

PLANALTO. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm. Último acesso em: 29 abr. 2017.

PORTARIA INEP Nº 125 DE 24 DE JUNHO DE 2009. Disponível em: download.inep.gov.br/.../2009/Portaria_Diretrizes_2009_Ciencias_Contabeis.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) 2017. Disponível em: <http://www.reitoria.br/>. Último acesso em: 16 ago. 2018.

RANGEL, Susana Salum. **Educação Superior: o papel da União e a garantia de qualidade do ensino.** São Paulo, 2012. 430 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RESOLUÇÃO CNE/CES nº 10 de 16 dezembro de 2004. Disponível em: portal.mec.gov.br. Último acesso em: 16 ago. 2018.

RESOLUÇÃO nº 2289/CUN/2017. Disponível em: www.reitoria.br/soap/pp_download_v2.php?cod_campus...2017. Último acesso em: 16 ago. 2018.

SCHMIDT, Paulo. **História da contabilidade: foco na evolução das escolas do pensamento contábil.** São Paulo: Atlas, 2008.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina; MOZZ, Gabriela Strauss. Entrevista com a professora Doutora Sandra Zákia Souza: avaliações em larga escala e os desafios à qualidade educacional. **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 2, p. 309-314, jul./dez. 2011.

SHIROMA. Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Vanessa Ramos da; MIRANDA, Gilberto José. ENADE e fluxo curricular nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil. **Universo Contábil**, Blumenau, v. 12, n. 4, p. 30-47, out./dez. 2016.

SOUZA, Laura Alves de. **Análise das representações sociais da comunidade interna da Universidade Federal do Ceará acerca da auto-avaliação institucional.** Fortaleza, 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

TEDESCO, Keila Viviane. **Elementos da contabilidade gerencial e desempenho no ENADE: um estudo nos cursos de Ciências Contábeis.** Florianópolis, 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

WALDRIGUES, Maria Caroline. **Implicações do ENADE: percepção dos coordenadores de curso de graduação em Enfermagem de Curitiba – PR.** Curitiba, 2014. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.